XIV

FÓRUM DE DEBATES

POLÍTICA PARA QUEM?
POLÍTICA PARA QUÊ?

VERACRUZ

XIV FÓRUM DE DEBATES

2018

XIV

FÓRUM DE DEBATES

POLÍTICA PARA QUEM? POLÍTICA PARA QUÊ?

Realizado em 25 de abril de 2018, pelo Ensino Médio da Escola Vera Cruz.

2018

VERA CRUZ

Sumário

Apresentação 6

História e importância do voto no Brasil 8

Rogério Arantes

A comunidade política como construção democrática 32

Marco Aurélio Nogueira

Oficinas 48

Créditos 53

Apresentação

Em 2018, ano eleitoral marcado pela forte polarização da sociedade, o Fórum de Debates do Ensino Médio, realizado no dia 25 de abril, teve como tema **Política para quem? Política para quê?**. Inspirados pelo texto "O analfabeto político", de Bertolt Brecht, buscamos um caminho para a alfabetização política de nossos alunos. O desafio? Reaproximar os jovens da política.

O descrédito do tema pelos alunos era perceptível nas conversas do dia a dia. Os escândalos de corrupção e a vertigem provocada pela rápida inundação das redes sociais por *fake news*, com informações fragmentadas promovidas por veículos sem credibilidade, construíram um cenário desalentador para os eleitores que se preparavam para o exercício do voto pela primeira vez, em eleições majoritárias.

Para a equipe de educadores, o desafio colocado no 1º semestre foi mobilizar os alunos para as eleições, incitando-os a uma reflexão sobre o sentido mais amplo da política e de sua importância para a equação da convivência em grandes coletivos, como são o país, o estado e a cidade em que vivemos.

As edições anteriores do Fórum colocaram as juventudes e a escola como centro do debate. Nessas discussões, nossos alunos trouxeram à tona suas expectativas em relação ao futuro e expressaram seus desejos de constru-

ção de melhores formas de convivência social. A política foi um desdobramento natural dessa conversa.

A construção da 14ª edição do Fórum de Debates tornou-se, para todos nós, uma experiência enriquecedora. Desde o início e pela primeira vez em 13 anos de realização do evento, a equipe do Ensino Médio teve a ativa participação de professores do 9º ano do Ensino Fundamental, o que possibilitou mais integração entre as equipes pedagógicas e os alunos dos dois ciclos de ensino. Outra bem-sucedida novidade em todo o percurso de trabalho foi a inserção dos alunos nas reuniões de planejamento com o grupo de trabalho de professores, com demandas diferenciadas, sugestões e novas ideias para a estruturação do Fórum.

No dia do evento, rodas de conversa aqueceram os grupos para as atividades que aconteceriam ao longo de toda a manhã. "Como participar?" e "Por que participar?" foram as questões norteadoras do trabalho dos professores com os alunos nesse primeiro momento de trabalho.

Palestrantes convidados, Rogério Arantes e Marco Aurélio Nogueira – ambos pais de alunos do Vera e participantes de edições anteriores do Fórum que tiveram a política como pauta – ofereceram aos alunos importantes referências para a compreensão do tema e sobre os caminhos possíveis para a construção de um futuro coletivo.

Regidos por Isa Uehara, os jovens músicos do projeto Guaçatom presentearam os participantes com uma apresentação durante o intervalo. Música, dança e debate marcaram a manhã na Escola, que recebeu, além dos músicos de Caucaia, os jovens do projeto Pró-Saber e do Instituto Acaia.

O momento seguinte foi dedicado à discussão dos temas sugeridos pelos alunos nas oficinas que, nesta edição, ganharam mais tempo. Distribuídos em diferentes salas, professores e estudantes debateram temas, como: a crise política e o momento atual; questões ambientais; movimentos sociais e representatividade; e questões identitárias.

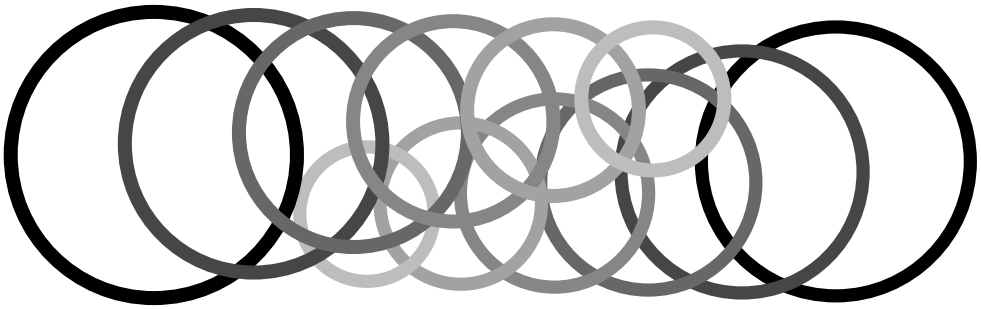
Com esta publicação, que reúne os registros dos trabalhos durante o evento, pretendemos tornar disponíveis, a qualquer momento, as importantes discussões que alunos e professores promoveram naquele dia. Os desafios de pensar a política como parte da formação de nossos alunos para a cidadania responsável permanecem norteando o projeto do Fórum de Debates da Escola Vera Cruz.

Boa leitura!

Ana Maria Bergamin
Coordenadora

Mesa 1

História e importância do voto no Brasil



ROGÉRIO ARANTES

Formado em Ciências Sociais pela USP, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela mesma universidade, onde é professor doutor do Departamento de Ciência Política. Dedica-se ao estudo das instituições políticas, com ênfase nos seguintes temas: constitucionalismo e democracia em perspectiva comparada; direito e justiça; sistema político brasileiro, corrupção e instituições de *accountability*. Foi professor da PUC-SP de 1995 a 2008 e coordenador da pós-graduação em Ciência Política da USP, de 2011 a 2014. Atua como pesquisador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP – no âmbito do programa "Ano Sabático", para desenvolver o projeto Corrupção Política e Crime Organizado no Brasil.

rarantes@usp.br

Rogério Arantes

Tenho medo de altura, então vou começar descendo do palco. Como o professor Carlos Alberto falou, minha especialidade é o estudo do Poder Judiciário, mas vou mudar um pouco o enfoque hoje, pois achei que seria importante tratar do tema das eleições. Claro que podemos também falar do Poder Judiciário e das questões de Justiça que afetam dramaticamente a política brasileira e o País, durante o debate, se for do interesse de vocês. E, se me permitem, gostaria de subverter também a dinâmica da participação dos alunos e das alunas: podemos combinar que, ao longo da minha exposição, questões de esclarecimento sobre o que eu estiver falando podem e devem ser feitas. Já as perguntas sobre outras dimensões e aprofundamentos, sugiro que deixemos para o debate, para que eu não me perca na sequência da apresentação.

Gostaria de começar mencionando que só há uma coisa da qual eu gosto mais do que política. Quem poderia adivinhar? Não é futebol, que vem em terceiro lugar. E não vou mencionar meu time, porque metade da sala vai querer sair e eu preciso manter a audiência. Só tem uma coisa da qual eu gosto mais do que política: a Ciência Política. Tenho paixão por ela e tenho paixão pela política – coisa que, hoje em dia, convenhamos, é um negócio meio esquisito. O tom geral de minha fala (embora, em alguns momentos, possa parecer bastante técnica, porque é meu objetivo trazer a vocês informação qualificada sobre alguns aspectos do processo eleitoral e político no Brasil) é de alguém que segue convicto de que a política é o caminho por meio do qual uma sociedade pode se guiar, resolver seus problemas coletivos e avançar social, econômica e, claro, democraticamente.

Eu sei que o País passa por uma situação bastante difícil. Vocês são jovens, chegaram recentemente no ambiente da política dos adultos, da política da democracia, da política do regime e das nossas instituições,

mas já chegaram chegando – desafiados e instados a participarem de um cenário que é, evidentemente, marcado por uma crise profunda das instituições, dos partidos e da classe política. Vocês têm pela frente, no próximo outubro [de 2018], uma das eleições mais importantes do Brasil, se considerarmos o quadro das eleições presidenciais desde 1988.

Dessa forma, espero que minha contribuição possa ajudá-los a encontrar uma forma de participação política que lhes caiba, que faça sentido e que seja do interesse de vocês. Especialmente, espero que possam entender o contexto institucional e as regras do jogo político que, no Brasil, fazem da política representativa e eleitoral, em particular, uma política bastante singular e sempre decisiva para definir os rumos do País.

Já participei da 8ª edição deste mesmo Fórum – cuja publicação talvez vocês tenham lido –, e agradeço à Direção do Vera pelo convite para retornar. No VIII Fórum, em 2012, organizei a apresentação em torno de três conceitos principais: o que é política, o que são as instituições e o que é democracia. Não vou repetir aquela exposição, por isso direciono vocês para a leitura da publicação do VIII Fórum, já que ali há uma boa introdução a esse respeito. Vou, então, começar a fala do ponto em que a deixei: a democracia.

Naquela oportunidade, apresentei um modelo, ou um conceito de democracia, a partir da formulação de Robert Dahl, autor muito importante na Ciência Política – que nos ajudou a pensá-la sob o ponto de vista estritamente político. Para evitar confusões em termos valorativos, Dahl preferiu, em vez da palavra democracia, utilizar a expressão "poliarquia" – equivalente funcional da democracia política. Ele faz uma introdução interessante sobre como a palavra democracia pode atrair inúmeros valores positivos e, assim, adquirir múltiplos significados. Eu diria, inspirado nele, que o conceito de democracia se assemelha a uma geladeira: todos os ímãs bacanas que você joga nela grudam. Se, neste momento, eu abrisse para o debate e perguntasse o que é democracia, muito provavelmente vocês responderiam que democracia é o governo do povo, mas também o regime da liberdade, da igualdade, da justiça. Poderíamos, então, derivar para uma série de outras coisas que, se você joga no conceito, gruda. Hoje em dia, a democracia é utilizada para se referir a diversas dimensões da vida social, até na relação entre pais e filhos, por exemplo – e ai das famílias se não forem democráticas.

Trata-se, portanto, de um conceito bastante generoso, que acaba por representar um sonho de consumo para todos os problemas que enfrentamos no nosso dia a dia – desde as coisas mais comezinhas, básicas, familiares, na escola, no ambiente de trabalho, até as macroquestões da política, do País, do regime, das instituições. Entretanto, Robert Dahl pondera que um conceito assim tão inflado inviabiliza a pesquisa empírica e as análises sobre regimes políticos, pois não há na face da Terra

e na História um regime com tantos atributos e que se possa chamar assim de democracia.

Dessa forma, ele propõe o seguinte: vamos reduzir a formulação de democracia a duas dimensões principais, que parecem essenciais à definição de um regime político democrático: a competição política por meio de eleições livres e a participação política, cuja primeira medida é o grau de extensão do voto como direito da sociedade. São essas dimensões que estruturam o Gráfico 1, que examinaremos mais adiante e que nos permitirá analisar especialmente o caso brasileiro.

Se um regime político avança nas duas dimensões – participação e competição –, não necessariamente de forma simultânea, chega-se à poliarquia. Existem diferentes trajetórias para tal: podemos, primeiro, avançar na competição pelo poder, mediante a institucionalização de regras e instituições que organizem o jogo político, e depois estender o direito de voto ao maior número de pessoas, por exemplo. Aliás, no livro *Poliarquia,* de Dahl, esse caminho (que começa pela institucionalização da competição e só depois expande o direito de voto) é retratado como o mais promissor, se levarmos em conta as experiências históricas dos regimes políticos observados ao longo dos séculos 18 ao 20.

Mas há trajetórias mais arriscadas, como aquelas que tentam avançar nos dois eixos simultaneamente, partindo de um ângulo de tiro (leia-se: aquele que pretende alcançar a maior distância no menor tempo possível). Nesse caso, é mais difícil sustentar o "foguete democrático" rumo à estabilidade, porque a tentativa de avançar nas duas dimensões democráticas ao mesmo tempo impõe sobre esse foguete pressões muito grandes e que podem levá-lo ao colapso. Existem, ainda, trajetórias com outro tipo de curva, em que a ampliação da participação acontece primeiro, e só depois o poder é colocado em competição.

Antes de prosseguirmos na análise da democracia, vamos conceituar a ideia de poder. É bastante simples: o poder consiste na capacidade de exercer vontade sobre outrem. Nas sociedades modernas, quem concentra esse poder é o Estado, e será, muito provavelmente, institucionalizado e regrado por meio de instituições. Estas conformam o Estado e, à medida que avançam na direção de uma democracia, colocam esse poder político disponível para que os atores e as forças políticas e sociais organizadas possam disputar seu exercício. Se alcançarem esse êxito, conquistarão a prerrogativa e a autoridade de exercer esse poder que está, segundo Max Weber, concentrado, monopolizado pelo Estado. As instituições, por sua vez, podem variar: de regimes parlamentaristas a presidencialistas, monarquias, repúblicas, estados federativos ou unitários, sistemas com muitos ou poucos partidos. Há, portanto, uma importante variação institucional na família dos regimes políticos.

Em regimes democráticos, preencher os cargos e exercer o poder político representativo, por intermédio de

instituições representativas, é algo que se dá mediante a competição política dos atores relevantes para a conquista desse poder, por meio de eleições. A eleição é o principal mecanismo pelo qual se disputa, se conquista e se exerce o poder. Ora, essa é uma das coisas mais surpreendentes que pode ocorrer numa sociedade: grupos dispostos a competirem pelo poder e, mais do que isso, dispostos a perderem e a serem governados por outros.

Vamos dar um passo atrás, antes de avançarmos novamente. Considero o Estado a maior de todas as invenções humanas. Mais do que o cotonete, o celular, o Bilhete Único. Mas supor que um determinado grupo ou partido pode conquistar o poder político por meio de uma eleição e se dispor a devolvê-lo quatro anos depois não faz o menor sentido. A questão é: conquistar o poder e se dispor a devolvê-lo, ou submetê-lo a uma nova competição, pela via das regras institucionalizadas, obedecendo a um calendário eleitoral, deveria ser absoluta exceção, e não a regra.

No entanto, as democracias vêm, se instalam, a competição ocorre e os partidos se dispõem até a perder, mesmo quando já estão no governo. O "milagre da democracia" acontece quando temos o êxito de institucionalizar tal incerteza. A democracia, nesse sentido, é o regime da incerteza institucionalizada. Por isso, é tão perigosa, difícil de sustentar – e ela pode cair do dia para a noite. Por quê? Porque a dinâmica que subjaz a essa competição pelo poder é altamente destrutiva. E, a qualquer momento, um partido pode decidir sair do jogo.

Então, avançar no eixo da competição política é avançar na institucionalização da incerteza e na adesão dos partidos políticos ao princípio da competição, de tal modo que aquele que ganha se dispõe a perder depois. O autor Adam Przeworski simplificou o conceito ao limite: democracia é o regime político no qual partidos perdem eleições. De fato, é um milagre: na maioria das vezes, o partido derrotado, ao perder uma eleição, em vez de recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral ou à mídia, aceita o resultado! Esse é o milagre da democracia: fazer com que partidos derrotados aceitem o resultado das urnas. E quando isso não acontece, pode-se afirmar que o frágil equilíbrio democrático se desfez.

É verdade que a política democrática não se limita a essa dimensão, mas eu acredito que a eleição é, e continuará sendo, por muito tempo, o principal mecanismo de escolha de representantes e de transferência e constituição da autoridade política, embora a política em si não se limite ao espaço da representação construída eleitoralmente, e possa ter outras formas de existência e de manifestação na sociedade civil.

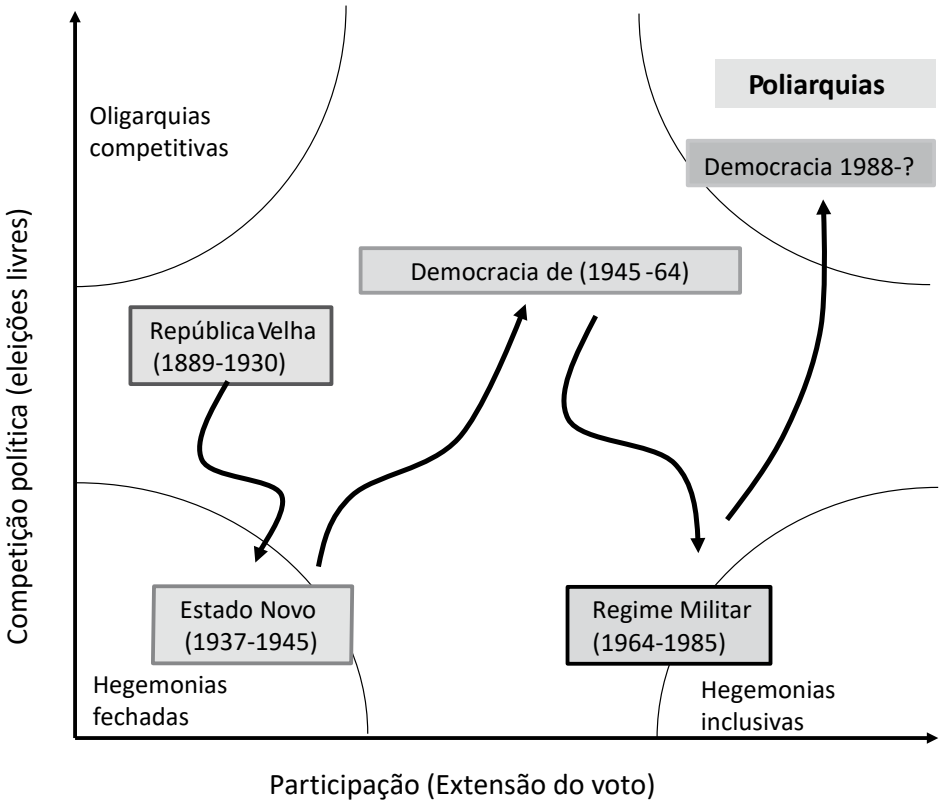
Compreendidas essas dimensões, podemos olhar para a história brasileira e verificar que já passamos por cada um desses estágios, se é que podemos pensar as coisas em termos de estágios evolutivos. Como mostra o Gráfico 1, o Brasil passou por diferentes graus e combinações de competição e participação até chegar na poliarquia que temos hoje. Já tivemos oligarquias

semicompetitivas, como na Primeira República, quando o poder era colocado em disputa por meio de eleições – não necessariamente muito livres, e nas quais a participação popular era muito restrita.

Da República Velha, caímos na hegemonia fechada do Estado Novo, em que o poder político recrudesceu nas mãos de um ditador unipessoal – Getúlio Vargas –, resultando em insignificante participação política e mínima competição pelo poder, de 1937 a 1945.

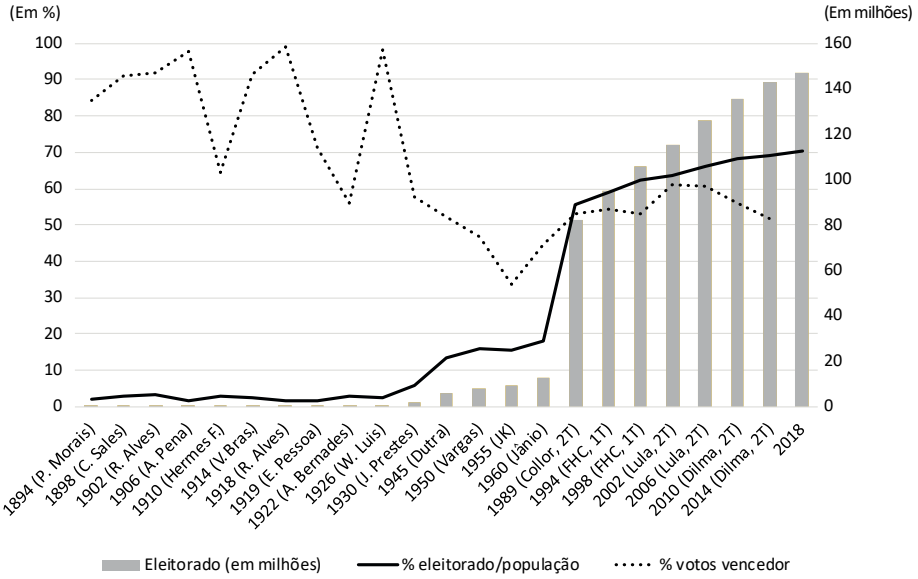
Depois, de 1945 a 1964, apesar de incompleto e com sérios problemas, passamos por nosso primeiro experimento democrático, no sentido da competição e da participação exclusivamente políticas. Nessa época, avançamos um pouco mais no que diz respeito às duas dimensões principais. Mas, logo em seguida, caímos de novo, porém, dessa vez, numa hegemonia inclusiva, porque, paradoxalmente, além de manter as eleições e o calendário eleitoral para boa parte dos cargos durante todo o período, o Regime Militar (de 1964 a 1985) estendeu o direito de voto, o que fez o eleitorado crescer. Todavia, não se tratou de um regime democrático. Falamos aqui

Gráfico 1: Caminhos tortuosos da democracia no Brasil



Fonte: Rogério Arantes.

Gráfico 2: Competição e participação políticas nas eleições presidenciais (1894-2018)



Fonte: Rogério Arantes.

de um regime hegemônico, já que o poder político não estava efetivamente sob disputa em bases livres e democráticas, nas quais ou a partir das quais os atores relevantes teriam condições efetivas de disputar o poder.

Com a abertura política, fizemos uma nova transição, dessa vez mais bem-sucedida do que o experimento de 1945-1964, já que, principalmente a partir da constituição de 1988, atingimos o auge da poliarquia. Por quê? Porque avançamos ao máximo nos dois eixos, na competição e na participação política. No que diz respeito à primeira dimensão, temos realizado eleições regulares e partidos têm se alternado no poder. No que diz respeito à segunda, todos os maiores de 16 anos podem votar no Brasil – de 16 a 18, de forma facultativa, e de 18 em diante, de modo obrigatório. Todas as restrições de direito ao voto que o País praticou desde o século 19 caíram por terra e já não existem mais. Mulheres não votavam até a década de 1930 e analfabetos até 1985, por exemplo. Todavia, com a crise política dos últimos anos, que atingiu o cerne do funcionamento de nossas instituições, surge novamente a questão: será que ainda estamos nesse patamar ou demos uma escorregada para um lugar para o qual não queríamos voltar?

Se analisarmos a participação e a competição política nas eleições presidenciais ao longo de todo o período de 1894 a 2014 – tirando, obviamente, as ditaduras escancaradas de Vargas e dos militares –, podemos dizer que evoluímos bastante (vide Gráfico 2).

Na Primeira República, a participação eleitoral foi diminuta. Praticamente, não havia povo – não havia "demos"

nessa democracia, que, como vimos, era uma oligarquia. Tal cenário pode também ser averiguado pelo percentual do eleitorado em relação à população do período, e pelo percentual de votos do candidato vencedor. Presidentes eram eleitos com 97,9; 98; 99,1% dos votos. Eram os escolhidos da oligarquia da famosa Política do Café com Leite. Nesse período, as urnas eram mobilizadas somente para referendar a escolha. Poucas foram as eleições efetivamente competitivas; podemos citar somente as de 1910 (Hermes da Fonseca), de 1922 (Artur Bernardes) e de 1930 – que pôs fim à Primeira República –, na qual competiram Júlio Prestes e Getúlio Vargas, tendo o primeiro como vencedor, mas que sequer tomou posse, impedido pela Revolução.

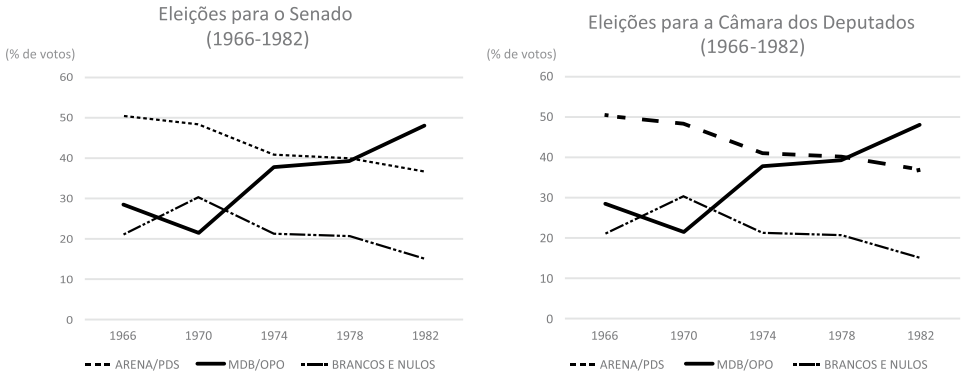
Estávamos longe de ser um regime democrático – seja pelo predomínio da oligarquia ou pela mínima participação popular. Já no período de 1945 a 1964, o eleitorado cresceu um pouco, mas o máximo que atingiu foi 18% da população – na eleição de Jânio Quadros –, percentual pequeno para os padrões democráticos. As eleições presidenciais, por outro lado, tiveram mais competição entre os políticos e candidatos relevantes. Temos, então, o efeito inverso ao período anterior: em 1955, Juscelino Kubitschek – aquele do "Brasil, 50 anos em cinco" – foi eleito com 38,8% dos votos (menos de 50%), por exemplo. Por que isso acontecia? Porque ainda não existia a regra de dois turnos, segundo a qual para ganhar uma eleição o candidato mais votado precisa atingir 50% + 1 dos votos válidos. Na época, era eleito aquele com o maior número de votos, simplesmente. Talvez por isso Juscelino tenha tido muita dificuldade para tomar posse e exercer a Presidência.

Essa pressão tem a ver com as disputas políticas do período, as quais a regra eleitoral presidencialista não resolvia adequadamente. É uma das razões, inclusive, da instabilidade política daquela época. Dentre os presidentes, tivemos um que terminou com um tiro no peito, um que renunciou –, e seu vice tomou posse e foi deposto logo em seguida, dando origem ao regime militar.

Já no período atual, que eu chamo de pós-1988, o regime político democrático presidencialista brasileiro equacionou boa parte desses problemas: o eleitorado cresceu significativamente, alcançando cerca de 140 milhões de eleitores, que perfazem 70% da população. Além disso, ao introduzirmos o mecanismo de dois turnos, resolvemos também o problema da legitimidade do presidente eleito, já que nenhum candidato se elege com menos de 50% + 1 dos votos, o que confere mais legitimação popular ao eleito.

Evidentemente, o período atual não nos parece tão lisonjeiro ou alvissareiro do ponto de vista das expectativas sobre a continuidade do regime democrático e o funcionamento das instituições. Mas, colocado em longa perspectiva, é notável como, sobretudo com a Constituição de 1988, solucionamos problemas graves que afligiam o funcionamento do presidencialismo no período anterior.

Gráfico 3: A importância das eleições na democratização brasileira



Fonte: Rogério Arantes.

Nota-se, então, o quanto as eleições são fundamentais. Não vejo como a democracia brasileira possa prescindir das eleições e da participação ativa dos cidadãos, principalmente neste momento crucial de funcionamento da nossa democracia. Há regimes em que as eleições têm menos importância, países onde a sociedade está organizada de um outro modo. Mas, no Brasil, é por meio das eleições que temos dirimido nossos problemas essenciais.

Como mostra o Gráfico 3, as eleições foram o mecanismo principal por meio do qual transitamos do autoritarismo do regime militar para a democracia. E digo isso comparativamente, porque não quero desmerecer os outros aspectos da luta política travada pela sociedade brasileira, durante a ditadura. Os movimentos sociais, o novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base, as associações de bairro, as organizações de direitos humanos e até mesmo a pressão internacional foram importantes para que saíssemos dos anos de chumbo.

Mas, em muitos outros países, essa transição foi feita por intermédio de um novo golpe ou algum tipo de ruptura política dramática em que se encarcera o ditador, e se estabelece a democracia da noite para o dia. Raramente isso dá certo. Porque o princípio da incerteza institucionalizada não é algo que se desenvolve de uma hora para a outra. É preciso que atores políticos relevantes adiram, aos poucos, ao princípio do regime democrático. E as eleições podem funcionar como um mecanismo de descompressão do regime autoritário em direção à democracia, como demonstrou o cientista político Bolívar Lamounier. Funcionou assim no caso do Brasil: os partidos políticos aderiram à ideia de que o poder político teria de sair das mãos dos militares e

voltar para o lugar impessoal, não predeterminado, ao qual todos os partidos teriam acesso pela via da competição.

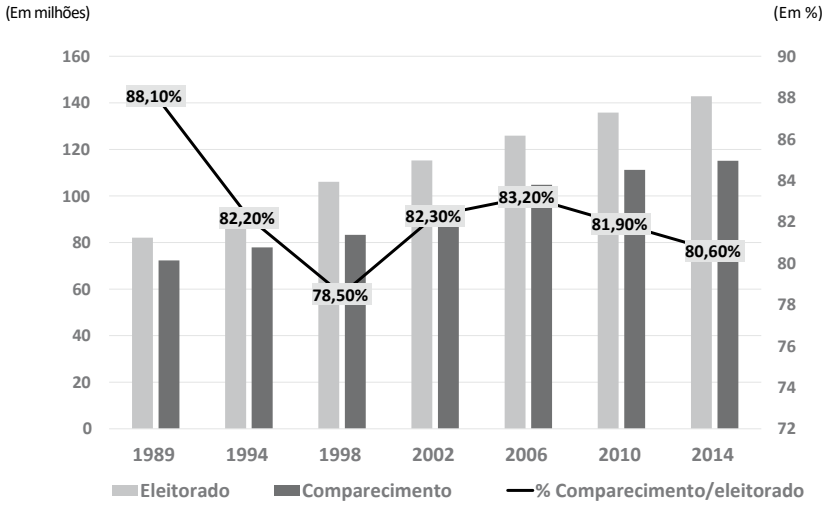
À época, a Arena e seu sucessor, o PDS (Partido Democrático Social), era o partido do governo, dos militares. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o partido de oposição. Em 1966 e 1970, o mecanismo eleitoral funcionou basicamente para legitimar a ordem militar. A Arena/PDS obtinha mais de 50% dos votos para o Senado e mais de 50 ou 50% dos votos para a Câmara dos Deputados. O índice de brancos e nulos era bastante elevado, chegando a 30% nas eleições de 1970 – ocasião em que o MDB pensou seriamente em não lançar candidatos. Mas, aos poucos, o MDB foi sendo identificado pela população como o partido que representava a transição para a democracia e sua votação foi crescendo ao longo das eleições do período, conforme justamente aumentava a insatisfação popular com a ditadura (vide Gráfico 3).

Diz Bolívar Lamounier que o regime foi sendo plebiscitado pelo bipartidarismo, no qual votar na Arena significava dizer "sim" ao governo, e votar no MDB significava dizer "não" ao governo. O sistema bipartidário facilitou, de certo modo, a inteligibilidade do sistema político por parte do eleitor, que não precisava fazer grandes reflexões. O que ele queria? Voltar para a democracia. Quem representava isso? O partido de oposição, o MDB. Então, votemos nele!

Ao longo da série histórica das eleições, portanto, podemos perceber um crescimento contínuo do MDB, um declínio do partido da Arena/PSD e, logicamente, o declínio dos votos brancos e nulos. Ou seja, a participação política foi sendo percebida pela sociedade como cada vez mais importante, configurando-se como uma forma de ajudar o País a sair do autoritarismo e voltar para a democracia. Assim, esse foi o principal mecanismo por meio do qual transitamos de um regime para o outro. E depois, quando os próprios militares liberaram a organização de novos partidos, pelo menos três surgiram no campo da oposição, o PT (Partido dos Trabalhadores), o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). (No Gráfico 3, eles aparecem somados ao MDB, no caso das eleições de 1982.)

No Brasil, além desse processo de transição, ampliamos significativamente o eleitorado, com eleições livres e competitivas, de maneira regular. Erramos um pouco no começo, como no caso Collor, em 1989, mas depois parece que acertamos a mão. Elegemos Fernando Henrique Cardoso, que liderou uma agenda profunda de reforma do Estado, sob uma orientação neoliberal. Não vem ao caso aqui discutirmos as questões ideológicas, mas apenas situarmos que foi com essa eleição que levamos à Presidência alguém que corrigiu sérios problemas pelos quais o País passava naquele momento – FHC domesticou a inflação, iniciou uma importante reforma do Estado e lançou as bases de um novo desenvolvimento. Foi também por meio das eleições que nós dissemos o seguinte: "ok, essa agenda já deu. Agora precisamos de outra, uma social e, para isso, precisa-

Gráfico 4: Eleitorado e comparecimento eleitoral (1989-2014)



Fonte: Rogério Arantes.

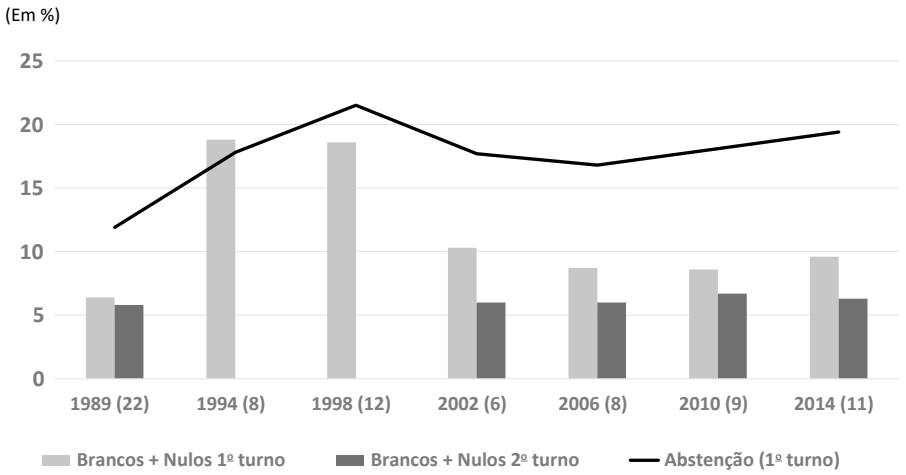
mos de um partido que conduza o País nessa perspectiva". Elegemos Lula, que liderou uma nova agenda social e um amplo programa de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades.

Não é pouca coisa. Por isso, insisto na valorização desse mecanismo. E mais: gostaria de destacar para vocês, jovens estudantes, a importância de participar do processo eleitoral, por mais que atualmente ele esteja em descrédito, por conta de nossa classe política, pelo notório fato de algumas lideranças relevantes estarem presas. Realmente, não imaginei que a poliarquia brasileira fosse chegar a esse ponto, mas chegou, e temos de enfrentar isso. Porém, não podemos jogar a criança junto com a água do banho, ou seja: não é porque a democracia e a elite política estão em crise no País que vamos descartar as eleições.

Se analisarmos os dados sobre o eleitorado e o comparecimento às eleições de 1989 a 2014 (vide Gráfico 4), percebemos que em 1989 – ano da primeira eleição presidencial direta pós-ditadura –, a disputa foi extremamente acirrada: chegamos a um índice de participação de 88%, com um eleitorado de cerca de 80 milhões de pessoas. Nas eleições seguintes, apesar do crescimento em termos absolutos do eleitorado, o comparecimento eleitoral se mantém, e isso é algo também notável na experiência democrática brasileira. Em 1998, tivemos uma pequena baixa, para 78,5%, mas, em geral, a taxa média de 80% se manteve no período. Se compararmos com outros países, esse é um elevado índice de comparecimento eleitoral.

E como têm se comportado as abstenções, brancos e nulos nas eleições presidenciais, ao longo de todos esses anos? Somando todos os eleitores que, de um modo ou de outro, rejeitaram dar o seu voto para um candidato em particular – não compareceram às urnas, ou votaram em branco, ou

Gráfico 5: Abstenção, brancos e nulos nas eleições presidenciais (1989-2014)



Entre parênteses no eixo horizontal tem-se o número de candidatos.

Fonte: Rogério Arantes.

anularam o voto –, podemos observar uma constância, mas relativamente baixa também para os padrões internacionais. Como se vê no Gráfico 5, em 1989 houve pouco mais de 5% de votos brancos e nulos no primeiro turno, número que cai no segundo turno. Note que em todas as eleições em que houve segundo turno (em 1994 e 1998 não houve, porque Fernando Henrique ganhou no primeiro) a proporção é mais ou menos a mesma. Ou seja, o eleitor participa até mais no segundo turno do que no primeiro. Inclusive, é mais racional, já que ali são somente dois candidatos. Ou eu voto, nem que seja para escolher o menos pior, ou a situação pode ficar mais difícil. Dessa forma, a participação é ainda mais intensa no segundo turno do que no primeiro. Já nas eleições em que não houve dois turnos, curiosamente, existe um elevado número de brancos e nulos – acima dos 15% (vide Gráfico 5).

Acontece o mesmo com a abstenção: cresce nas eleições de 1994 e 1998, mas depois se estabiliza. Ou seja, temos vivido uma estabilidade política da não-participação eleitoral no Brasil. E, acrescento, ela é pequena. Então, apesar de o seu tio chato falar, no almoço de domingo, que política não serve para nada, não é nisso que o povo acredita e efetivamente pratica. Pois, quando tem eleição, as pessoas comparecem e votam, porque percebem que isso há de fazer alguma diferença na vida futura.

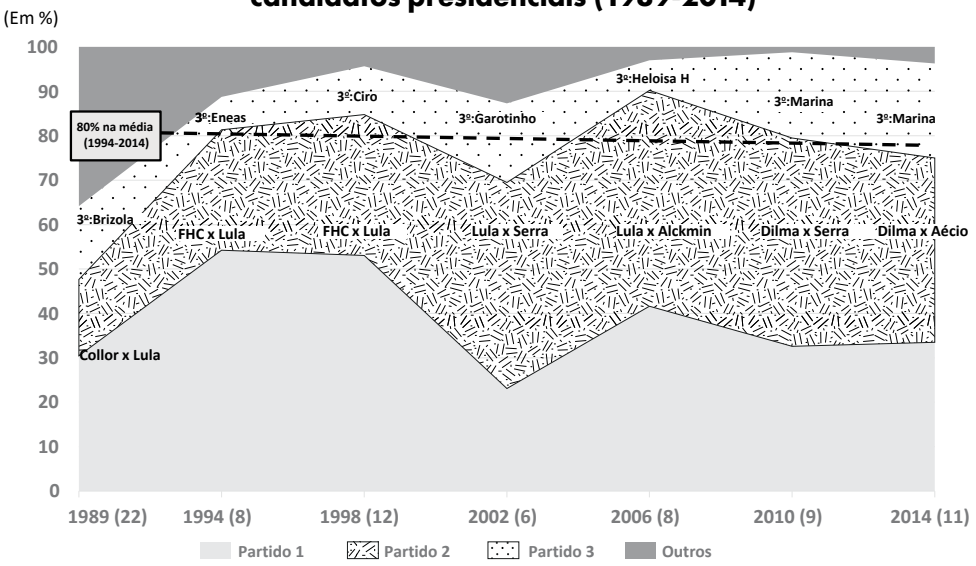
Da mesma forma que pelo tio chato, também circula pelas mídias sociais muita desinformação. Não procede a ideia de que se atingir mais de 50% dos votos nulos a eleição é anulada, não é verdade. Se eu tiver cem votos na urna, sendo 99 votos nulos, aquele único voto válido elege o candidato que tiver a graça de recebê-lo. O que a legislação eleitoral diz é o seguinte: se mais de 50% dos votos

numa eleição forem *anulados* pela Justiça Eleitoral por algum motivo, como fraude, aí, sim, realizam-se novas eleições.

Esbarramos, então, na questão da representatividade das nossas eleições. Como afirmar que elas não são representativas? Quando analisamos o segundo turno de 2014, entre Dilma Rousseff (51,64% dos votos) e Aécio Neves (48,36%), podemos ver que a diferença foi mínima. O País se dividiu em torno desses dois candidatos de maneira altamente engajada, a ponto de nomearmos tal cenário como presidencialismo plebiscitário, já que se assemelha ao funcionamento de um plebiscito: votar em um é votar "sim" numa determinada direção, porque se quer intencionalmente aquela direção, mas pode, por vezes, também representar um "não" em relação à outra, que não se deseja de modo algum.

O quadro atual é bem mais complicado. As eleições de 2018 estão tão imprevisíveis, que se assemelham muito às de 1989, na qual tivemos 22 candidatos presidenciais. Em 1994, foram 8; em 1998, passou para 12; em 2002, caiu para 6; em 2008, subiu um pouco para 8; em 2010, manteve-se a média, com 9 candidatos; e em 2014, chegamos a 11. Mas nenhuma dessas eleições repetiu 22 candidatos (vide Gráfico 6). Exceto, talvez, nestas eleições de 2018, porque ainda não temos um quadro definitivo. De fato, estamos diante de um contexto de incerteza eleitoral semelhante ao de 1989. E, por conta dessa indefinição, todos os candidatos de tipo médio se consideram aptos a disputarem o poder político presidencial. Embora minha hipótese seja de que, até agosto,

Gráfico 6: Desempenho dos principais candidatos presidenciais (1989-2014)



Entre parênteses no eixo horizontal tem-se o número de candidatos.

Fonte: Rogério Arantes.

haverá um movimento de coordenação entre os partidos para reduzir o número de candidaturas.

A despeito da aparente fragmentação política, o Gráfico 6 mostra que, em 1989, somados os dois partidos mais votados, tivemos menos de 50% dos votos em Collor e Lula, sendo o restante dos votos destinados aos candidatos dos demais partidos. Mas, a partir de 1994, dois partidos passam a predominar na cena política. O PT e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) somam sempre cerca de 80% dos votos em primeiro turno. Ou seja, ao longo de 20 anos de eleições, há uma tendência ao bipartidarismo (PT-PSDB) já no primeiro turno, e dificilmente uma terceira candidatura consegue furar esse padrão.

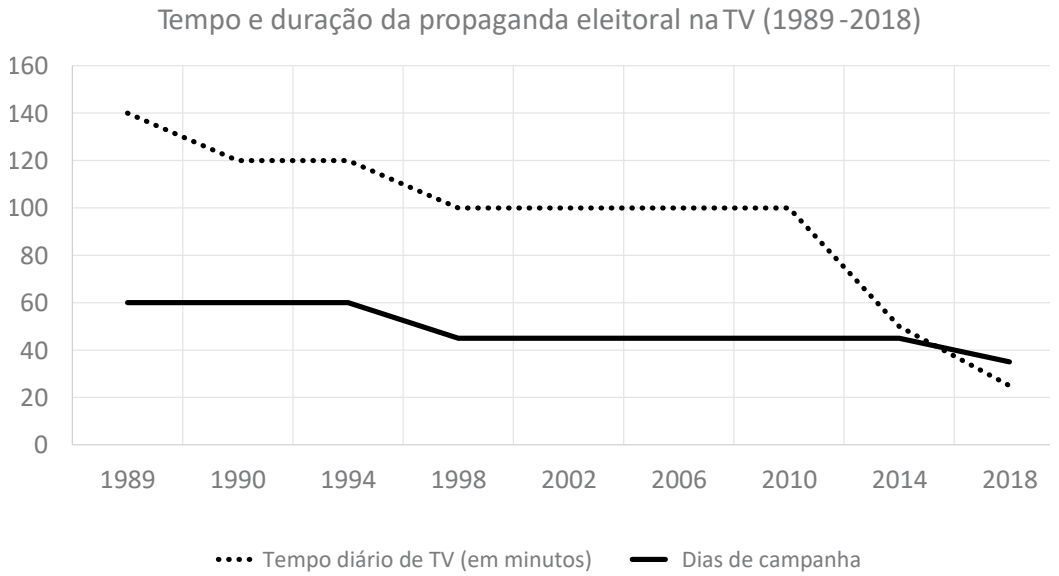
A eleição de 2018 se torna curiosa justamente porque temos vários candidatos desafiando esse bipartidarismo. Por enquanto, temos no cenário eleitoral um candidato do PSDB com certa dificuldade de decolar e o candidato do PT ainda indefinido. Estamos diante de uma novidade muito grande. A questão a saber é se as eleições de outubro romperão esse padrão, inaugurando um outro – no qual uma terceira ou quarta força pode se apresentar, com chances de ir ao segundo turno; ou se, de um modo ou de outro, manteremos a mesma toada desses 20 anos.

Existe também um outro lado da nossa história recente: o combate diuturno contra a corrupção realizado pelas chamadas instituições de controle, tais como o Ministério Público e a Polícia Federal – liderado, às vezes, por juízes, que protagonizam uma nova modalidade de exercício do Poder Judiciário entre nós. Não é mais aquele juiz que julga o que o Ministério Público faz e o que a polícia investiga, mas um juiz que coordena e antecipa as ações dessas instituições. Juntos, eles conseguem acertar o alvo, que, em geral, está no centro de um PowerPoint. Formou-se uma espécie de consórcio, que tem obtido êxito, inclusive com a prisão de várias lideranças políticas.

Qual é o efeito colateral perverso desse estado de coisas? A tendência antipolítica, de descrença e frustração, que se acentua na sociedade e especialmente nos cidadãos comuns. Até o próprio Congresso Nacional, uma das instituições representativas mais importantes do país, passa recibo a essa tendência quando, ao regular as próprias eleições, atua no sentido de diminuir o tempo e o espaço da política. Essa é uma tendência que chamo de antipolítica, e pode ser verificada de várias formas.

Se analisarmos o tempo diário de TV (em minutos) e os dias de campanha, como mostra o Gráfico 7, vemos que, em 1989, passamos 60 dias em campanha política e eleitoral, e assistimos a 140 minutos diários de televisão em torno do tema da eleição presidencial. De lá para cá, com as pressões sobre o Congresso para a diminuição desse tempo, chegamos à ínfima quantidade, alarmante eu diria, de minutos que serão dedicados à campanha eleitoral: apenas 25 por dia, sendo metade de manhã (12,5), metade à noite (12,5).

Gráfico 7: O declínio da política



Fonte: Rogério Arantes

Como faremos a discussão política em tempo tão escasso? Como os candidatos vão se apresentar, divulgar seus programas de governo e convencer os eleitores? Lembrando que é enorme o número de candidatos para diferentes cargos: presidente, governador, deputado estadual, deputado federal e senador – tudo em 12,5 minutos. É lamentável. No início desta palestra, eu disse que só tem uma coisa que gosto mais do que política: a Ciência Política. Então eu assisto ao programa eleitoral não só por dever de ofício, mas porque gosto. Imagino que muitos brasileiros façam o mesmo – reservem um tempo para assistir e interagir com as propostas de governo dos candidatos. Mas esse espaço de participação política diminuiu e, com ele, o tempo de campanha – que caiu para 35 dias (vide Gráfico 7).

A quem favorece uma campanha curta com pouco debate? O candidato que está liderando as pesquisas no momento, por exemplo, perde dez eleitores, no mínimo, a cada vez que se pronuncia na TV. Se perguntarmos o que ele pensa da economia e deixarmos ele responder por meia hora, ninguém vota nele. É um fenômeno. A melhor estratégia política para determinados candidatos é não se expor. Dessa forma, esse candidato será ajudado pelas regras eleitorais e pela tendência da antipolítica, infelizmente.

A questão se agrava quando perguntamos quanto vale o nosso voto. Hoje somos 146.467.772 eleitores, o que significa que seu voto (um único voto) vale 0,0000000068[1]. Em termos de razão do voto e razão da mega-sena, você tem mais chances de acertar na mega (0,00000002). Você não deveria nem

1 *Destaco que a eleição presidencial é a única em que o eleitorado se apresenta como eleitorado nacional e em que essa proporção é válida. Para outros cargos, o eleitorado é estadual.*

acordar cedo no dia da votação, muito menos pensar em sair de casa, pegar o seu título de eleitor e ir até a seção eleitoral para depositar um voto que vale apenas isso.

Pronto, chegamos ao fundo do poço da descrença democrática: "se antes eu já não tinha incentivo para votar, agora, sabendo quanto vale meu voto, é que não vou votar mesmo", você pode pensar. Porém, qual é o problema de fundo aqui? Se você se abstém de votar, ou se vota branco ou nulo, outros não farão o mesmo. Isso quer dizer que automaticamente você está transferindo seu voto para outrem. Então, a primeira coisa que se deve pensar antes de se abster, votar nulo ou branco é: "será que eu não estou piorando minha situação em vez de melhorar?". Porque, na verdade, quem comparecer às urnas estará levando "indiretamente" o voto a que eu abdiquei. É como se dobrasse o valor do voto dos outros, à medida que eu abdico e não participo. Esse é um primeiro incentivo para superarmos aquele número com nove casas após a vírgula.

Há, na Ciência Política, diversos estudos sobre o paradoxo do voto e, com eles, várias respostas, em torno das quais se justifica por que eleitores, a despeito de valerem tão pouco, votam, e não apenas em situação de voto obrigatório. Não é a regra do voto obrigatório que explica a participação eleitoral. A solução do nosso paradoxo passa por outras razões: culturais, ideológicas, de identidade de grupos etc.

Marcus Figueiredo, cientista político, formulou a decisão do voto do seguinte modo: "minha tendência a não participar aumenta conforme a certeza que tenho de que o resultado será produzido pelos outros eleitores" – seja qual for a direção do resultado, a meu favor ou contra. É claro que eu prefiro a vitória de um candidato com o qual simpatizo, mas, mesmo assim, é mais vantajoso não arcar com o custo de ir votar, ficar em casa assistindo televisão, enquanto outros vão no meu lugar e produzem um resultado que seja favorável às minhas preferências.
O eleitor que tem a informação completa sobre esse cenário e consegue identificar as chances claras de derrota, assim como as de vitória, produz uma curva decrescente de participação. Ou seja, eleitores que têm informação plena sobre a conjuntura eleitoral não irão participar, ou porque a derrota já é certa ou porque a vitória já é certa.

O problema é que, por essa lógica, se instala a incerteza: "eu não vou, mas será que os outros vão? E se eles não forem?". Então, a questão da informação é decisiva e, na dúvida, as pessoas tenderão a participar. Sendo o eleitorado avesso a risco, ou seja, composto por eleitores que não querem que o resultado seja definido por terceiros, o nível de participação será elevado.

Essa é uma forma de teorizarmos sobre o paradoxo do voto e por quais razões os eleitores, a despeito de terem matematicamente em seu voto um valor próximo a nulo, se dispõem a participarem das eleições. Mas não se trata somente de uma questão teórica. Isso tem ocorrido, no Brasil, pelo menos nas últimas três eleições.

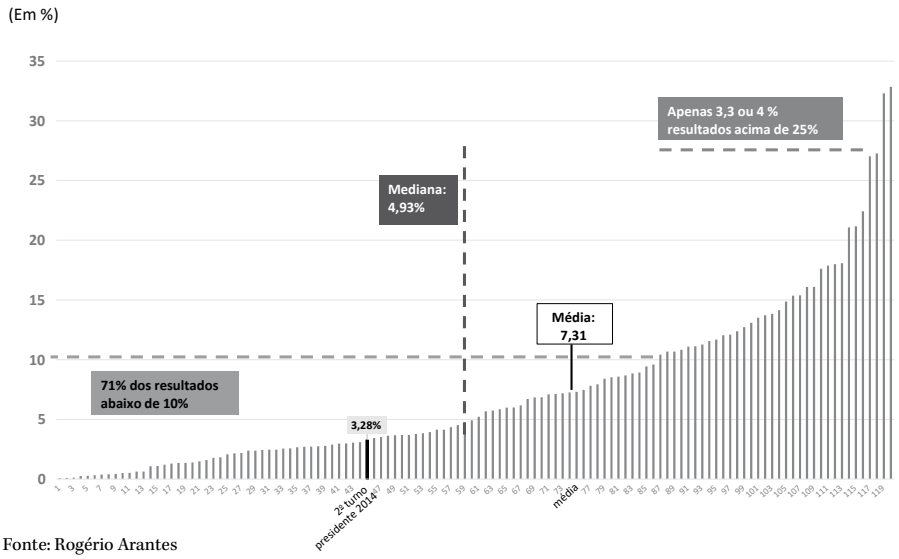
As eleições brasileiras têm sido extremamente competitivas, conforme mostra o Gráfico 8. Em pleitos majoritários (governadores e presidente), o candidato mais votado ganha o cargo. Mas se ele não obtiver 50% +1 dos votos no primeiro turno, passamos para o segundo turno, a ser disputado entre os dois mais votados. Quantos resultados lógicos, hipotéticos, podem existir numa eleição majoritária com regra de dois turnos? Ou melhor, nos termos em que conceituamos aqui nesta palestra, quantas diferenças são decisivas numa eleição de dois turnos para cargos executivos?

A primeira diferença decisiva é aquela que dá vitória a um candidato em primeiro turno, ou seja, aquele valor que ultrapassa o mínimo de 50% + 1 dos votos. Assim, um candidato pode obter 49%, chegando em primeiro lugar, mas não se elegerá no primeiro turno. Então, a segunda diferença decisiva é aquela existente entre a votação obtida pelo primeiro candidato (49%) e o valor fixado de 50% +1 para se vencer no primeiro turno – ou seja, a diferença daquilo que o candidato não obteve e que poderia lhe dar a vitória. Por fim, a terceira diferença decisiva é aquela entre os dois candidatos mais votados num segundo turno, no qual somente um pode ganhar, por definição.

Todas essas diferenças importam, mas qual é o raciocínio exposto no Gráfico 8? Quanto menores as diferenças, mais competitivo e, portanto, mais poliárquico se encontra o regime. E quanto maior a competição política, maior o indicador de democracia. E mais: quanto menores as diferenças, maior a pressão sobre os resultados e maior o desafio de lhes dar sustentação institucional.

Para averiguar melhor tal indicador, reuni as diferenças decisivas entre as

Gráfico 8. Diferenças decisivas (eleições para governadores e presidente 2006, 2010 e 2014)



Fonte: Rogério Arantes

eleições majoritárias para presidente e governadores nos anos de 2006, 2010 e 2014. Apenas quatro eleições (o que corresponde a 3,3% do total) foram resolvidas com uma diferença acima de 25 pontos percentuais entre os candidatos. Ao passo que a média das diferenças decisivas está em 7,31%. Já a mediana, que divide o gráfico exatamente ao meio, é de 4,93%, ou seja, metade das eleições brasileiras foi resolvida com diferenças menores do que 5 pontos percentuais. A fatídica eleição de 2014, no segundo turno, foi resolvida com uma diferença de 3,28% entre os dois candidatos. E 71% dos resultados estão abaixo de 10 pontos percentuais de diferença. Eleições com esse grau de competição, vale dizer, podem muito bem ser resolvidas com a soma das pessoas que frequentam a Escola Vera Cruz.

Isso quer dizer que, no Brasil, as eleições têm sido extremamente competitivas, e sustentar seus resultados é uma grande demonstração de força de nossa democracia. Do ponto de vista do eleitor-cidadão, vale dizer que esse padrão de competição faz com que, até mesmo do ponto de vista matemático, votar faça sentido. O voto importa. Seu voto importa. E não digo apenas ideologicamente. Seu voto importa não somente porque você se identifica com certos candidatos, ou deposita confiança naqueles que acha que serão bons representantes e bons governantes. No Brasil, o voto importa por motivos matemáticos.

Mas, ao mesmo tempo, para além da razão numérica, como podemos escolher os representantes na conjuntura atual do Brasil? Quando pensamos na crise da representação política, em geral direcionamos nossa crítica para o Congresso Nacional, e mais especificamente para os 513 deputados, nos quais nós não nos reconhecemos, não nos vemos representados. Chegamos a desconfiar que eles são eleitos por vias indiretas e que nossos votos são surrupiados. Porém, do ponto de vista dos sistemas eleitorais praticados no mundo, não há eleitor mais ou tão poderoso quanto o brasileiro, quando consideramos o voto para o parlamento. Nós podemos fazer o voto render mais do que a maioria dos eleitores das democracias contemporâneas mundo afora. Para não dizer que somos únicos, podemos citar também a Finlândia.

Por quê? Primeiro, porque nosso sistema é proporcional e não majoritário. A título de exemplo, se ele fosse majoritário, o Estado de São Paulo, que tem direito a escolher 70 deputados, seria dividido em 70 distritos, e os partidos lançariam candidatos em cada um deles, numa eleição de turno único, e aquele que obtivesse a maioria dos votos conquistaria a cadeira de deputado naquele distrito.

No sistema proporcional, ao contrário, os partidos disputam os votos no estado inteiro, e a proporção de votos obtida é traduzida em cadeiras na representação parlamentar. Ou seja, se o partido A obtém 40% dos votos, ele tende a ocupar 40% das cadeiras; o partido B, 30%, e assim sucessivamente. Todavia, imagine se esse mesmo resultado ocorresse num sistema

majoritário, ao longo de todos os 70 distritos de nosso exemplo anterior, o partido A conquistaria 100% das cadeiras tendo obtido apenas 40% dos votos, e uma maioria de 60%, composta pelos outros partidos, seria desprezada da representação política.

Há quem afirme que o sistema majoritário é antidemocrático, mas é assim nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo. Por lá, os eleitores se ressentem dessa lógica majoritária e, muitas vezes, clamam pela mudança para o sistema proporcional, ao passo que no Brasil ocorre o inverso: como o sistema proporcional que praticamos estimula a proliferação partidária, muitos defendem a transição para o sistema majoritário, que tende a reduzir o número de partidos políticos. Acabamos no chavão: a grama do vizinho é sempre mais verde. Porém, apesar de o sistema proporcional estimular a proliferação dos partidos, ele favorece a representação, pois permite que todos os partidos com alguma capacidade e penetração conquistem cadeiras na Câmara dos Deputados e exerçam representação parlamentar.

Voltando à pergunta: por que nosso eleitor tem o voto mais poderoso dentre as democracias? Na maioria dos países em que se pratica o sistema proporcional, a lista partidária é fechada. Os partidos realizam suas convenções e projetam quantas vagas são capazes de conquistar no parlamento. Por exemplo, se forem 70 vagas, o partido lança 70 candidatos, ordenados previamente – do primeiro até o septuagésimo. Ou seja, a lista partidária define de antemão qual dos candidatos estará em primeiro lugar, quem estará em segundo, e assim sucessivamente. Nesse sistema de lista fechada, cabe ao eleitor votar apenas no partido, restando impedido de votar no nome do candidato. Assim, se você for eleitor de um determinado partido, mas o candidato em que você realmente acredita é o quinto na lista partidária, você não tem como colocá-lo em primeiro. Você vai ter que votar no partido, arcar com o custo dos quatro primeiros, para então, talvez, ter o seu nome preferido eleito em quinto lugar.

O Brasil é um dos poucos lugares do mundo em que a lista partidária é aberta à escolha e influência do eleitor, conferindo mais poder ao cidadão, que pode votar tanto na legenda quanto no nome dos candidatos. Ao votar em nomes, o eleitor ajuda a definir a posição do candidato na lista de potenciais eleitos. Ou seja, quando vocês não se limitam a tão somente fazerem o voto de legenda e investem num voto nominal, estão intensificando seu poder de escolha mais do que na maior parte do mundo é possível fazer. Por isso, caprichem no voto em outubro, pois vocês têm um extraordinário poder nas mãos. Nós, eleitores brasileiros, somos dos mais poderosos do mundo.

Perguntas e respostas

Mediação: Carlos Alberto José de Carvalho

Plateia – *Você falou que as eleições são o principal meio para transitar do sistema autoritário para a democracia. Porém, quando vivemos sob uma democracia, a eleição continua sendo sua principal manifestação?*

Rogério Arantes – Sim, as eleições foram o principal mecanismo para a transição do regime militar para a democracia no Brasil. Não se trata, entretanto, de uma regra geral. No nosso caso, o mecanismo eleitoral foi decisivo, e é por meio dele que nós temos praticado o essencial da democracia. Se você me permite, vou além. Ele segue sendo? Sim. Não há uma forma alternativa capaz de constituir autoridade e legitimar a representação política que não seja a eleição. Só ela? Não, não me limito a ela. Num regime democrático, outras formas de participação são importantes. Nas eleições de 2018, inclusive, elas serão decisivas, porque, à medida que o espaço tradicional de apresentação das candidaturas e de debate se reduziu, os espaços alternativos, como as redes sociais, mobilizações, grupos etc. serão fundamentais para a boa escolha eleitoral em outubro. Então, não sei quantos de vocês são engajados politicamente, mas é algo que eu estimo e apoio muito, mas dificilmente essas novas formas substituirão a eleição como mecanismo principal de constituição de autoridade e de legitimação do sistema político.

Plateia – *Sobre as possíveis consequências da redução do tempo dos programas eleitorais na TV, você acha que a televisão vai ganhar mais liberdade para fazer política de outras maneiras, ou outros meios de comunicação, como a internet, vão conquistar esse espaço? Gostaria de saber também a sua opinião sobre o voto útil no cenário eleitoral em que nos encontramos, atualmente, no Brasil.*

Rogério Arantes – O voto útil é uma forma de maximizar o poder do voto,

e não o contrário, como se costuma dizer. Portanto, não tenho, e não se deve ter, preconceito em relação a ele. O eleitor que vota útil está sendo extremamente racional, numa tentativa de maximizar suas preferências. Abandonar uma primeira opção e partir para a segunda porque ela tem mais chances de ganhar é uma decisão legítima e bastante razoável.

Sobre a televisão. No Brasil, temos o horário eleitoral gratuito, mas ele não é exatamente de graça. Ao ceder aquele horário nobre à classe política, as emissoras são recompensadas na forma de isenção fiscal e tributária. Então, ele é gratuito em termos. Nós, a sociedade brasileira, pagamos por ele. Por outro lado, a legislação não permite que a mídia faça outras formas de campanha, ou venda espaço adicional, como acontece nos Estados Unidos, em que os candidatos podem comprar tempo da televisão. No Brasil, por uma razão de igualdade na competição política, não se permite isso – o que me parece um excelente princípio.

Ao mesmo tempo, respondendo à terceira pergunta, a mídia tradicional está perdendo o monopólio da comunicação, e outros espaços estão sendo abertos. A Justiça Eleitoral já se antecipou a isso e tem construído novas regulações sobre as mídias alternativas. Nós não sabemos como isso vai acontecer, porque é muito difícil operacionalizar uma regulação, mas a Justiça Eleitoral estará atenta também às novas mídias, como o whatsapp, por exemplo. Resta saber se terá meios e força para controlá-las.

Plateia – *No começo de sua exposição, você colocou o debate sobre a competição do poder por meio das eleições: por que ceder a vez ou se arriscar a concorrer? Eu lembro que Robert Dahl tem uma solução um tanto maquiaveliana para isso. Talvez fosse interessante discorrer sobre essa ideia de que no fundo, no fundo, quem está no poder faz um cálculo sobre o que é mais custoso.*

Rogério Arantes – Sua questão nos faz pensar sobre o que mantém as democracias. Do ponto de vista de uma definição política – o regime da incerteza institucionalizada, no qual partidos se dispõem a perder eleições –, democracia é o resultado contingente do jogo político entre forças organizadas. A democracia não cai do céu, não brota da terra, não é uma força transcendental. É uma situação de equilíbrio contingente. Dessa forma, pode durar, como pode também desaparecer. E pode desaparecer no momento em que o custo de aceitar a derrota eleitoral for maior do que o custo de subverter a democracia somado ao custo de manter uma ordem não democrática. Por isso, democracias só se mantêm enquanto o custo de aceitar a derrota eleitoral for menor do que o custo de subverter a democracia e de manter uma ordem não democrática.

Podemos fazer um exercício de imaginação. Num país hipotético, dois candidatos disputam a Presidência da República, e o candidato eleito vence com uma margem tão pequena de votos, que o candidato derrotado se questiona se deve aceitar o resultado. Mais

do que isso. O candidato derrotado considera que a candidata vitoriosa fez uma trajetória de corrupção que abalou as próprias instituições políticas. Você citou Maquiavel. Ele falava: a pior das corrupções não é a do troca-troca de recursos, mas aquela que corrompe o cerne das instituições e faz o regime político desabar.

O partido derrotado percebe, então, que o partido vitorioso está acumulando poder – possui uma empresa estatal nas mãos e faz dela uma fonte de recursos imensos – que, há indícios inclusive de que sua atuação não se limita ao país – opera esquemas de influência em todo um continente hipotético, que podemos chamar de América Latina ou África, comprando candidatos e exercendo influência presidencial para além das fronteiras nacionais. O partido derrotado não aceita o resultado e se rebela contra esse estado de coisas; para tirar o partido vitorioso do poder, subverte o resultado eleitoral, arcando com o ônus adicional de sustentar uma ordem não democrática. Por quê? Porque quem desequilibrou o jogo político não foi o derrotado, mas o partido vitorioso. Então, parte-se para as instituições disponíveis; aciona-se um hipotético Tribunal Superior Eleitoral, que cuida das eleições, fustiga-se o governo com pautas-bombas durante o seu primeiro ano de mandato, impedindo-o de governar, emplaca-se uma denúncia de crime de responsabilidade, julga-se uma presidente e destitui-se essa presidente do cargo.

Essa é uma versão da história nesse país hipotético. Agora imagine uma segunda versão: o candidato derrotado não vê na candidata vitoriosa qualquer iniciativa consistente de acabar com um terceiro inimigo – um que está correndo por fora, lavando o país a jato, e que ameaça prender toda a classe política, inclusive o candidato derrotado. Derrotado, ele se encontra sem o Ministério da Justiça nas mãos, sem poder intervir na Polícia Federal desse país hipotético, influenciar o Ministério Público e, quiçá, com Supremo e tudo, domesticar os juízes de primeira instância que estão fustigando a classe política e ameaçando descobrir os esquemas de corrupção também dos derrotados. E havia um ventríloquo nesse país hipotético, chamado Jucá, que dizia: os esquemas do Aécio todo mundo conhece, ele vai ser o primeiro a cair, e a solução mais fácil era botar o Michel e estancar a sangria.

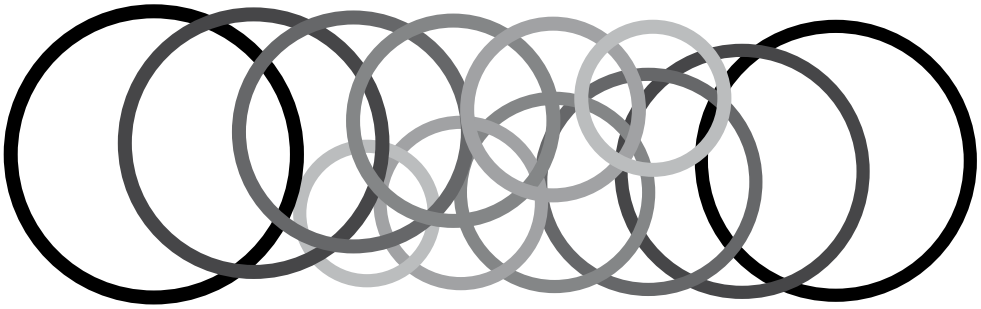
O custo da derrota eleitoral, nessa segunda versão, é ver um governo inepto não fazer nada para evitar o pior dos mundos: grande parte da classe política levada para Curitiba para ser trancada na torre de Londres que se instalou por lá. De tal modo que vale a pena subverter o resultado das eleições e a institucionalidade democrática para fazer frente a essa situação.

Seja qual for a versão na qual você acredite – eu acredito nas duas –, o fato é que vale o ponto de interrogação: ainda estamos na democracia? Conseguiremos sair dessa situação crítica e retomar a democracia como um sistema de equilíbrio contingente, mas sob risco permanente?

Sem as eleições que se avizinham, que eu considero o primeiro e mais importante passo para sairmos dessa situação, e sem a devida valorização e participação de todos nós – com empenho, força, vontade ideológica, pontos de vista e escolhas –, não sairemos dessa situação. A bola está com vocês, com todos nós.

Mesa 2

A comunidade política como construção democrática



MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Professor titular de Teoria Política e coordenador científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais (Neai) da Unesp, em São Paulo. Doutor em Ciência Política pela USP, com pós-doutorado na Universidade de Roma (1984-1985). Foi diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Unesp (2011-2015), diretor da Editora Unesp (1987-1991) e da Escola de Governo e Administração Pública da Fundap, em São Paulo (1991-1995). Colunista do jornal *O Estado de S. Paulo*, é autor, dentre outros, dos livros *Em defesa da política* (São Paulo, Editora Senac, 2001); *Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática* (São Paulo, Cortez, 2004); *Potência, limites e seduções do poder* (São Paulo, Editora Unesp, 2008); *O encontro de Joaquim Nabuco com a política* (São Paulo, Paz e Terra, 2010); e *As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo* (Brasília/Rio de Janeiro, Contraponto, 2013).

nogueiramarcoa@gmail.com

Marco Aurélio Nogueira

Meu vínculo com o Vera se dá por vários motivos: minha mulher trabalhou e meus filhos estudaram aqui, e tenho muitos amigos que são ou foram professores da Escola. Poder voltar ao Vera e desenvolver algum tipo de diálogo e atividade com os alunos, com vocês, é uma grande satisfação. Agradeço ao convite e espero que possamos fazer um bate-papo dinâmico e, tanto quanto possível, esclarecedor.

Sou professor de Teoria Política e trabalho no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – ambos na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Também sou colunista no jornal *O Estado de S. Paulo* e tenho um site (https://marcoanogueira.pro/). Minha atividade profissional sempre esteve, então, muito vinculada à análise política. Com esse *pedigree*, digamos assim, fui convidado para conversar com vocês.

Gostaria de iniciar lembrando que cada um de nós é, na verdade, um feixe de pessoas e de identidades. Somos pessoas e, como tais, de vários tipos. Somos, ainda, profissionais e nos diferenciamos uns dos outros pela inserção que temos ou teremos no mercado de trabalho. Mas somos também cidadãos, membros de uma comunidade política, na qual vivemos toda a vida, sem descanso, da hora em que acordamos até quando vamos dormir; do primeiro ao último ano de vida. A forma mais simples de percebermos isso é pelo mundo dos direitos. Os cidadãos são, acima de tudo, personagens da vida moderna que carregam consigo direitos de cidadania.

Destaco que a aquisição de direitos é progressiva, sem fim. Temos, como cidadãos, evoluído ao longo do tempo como portadores de direitos, que nem sempre são respeitados. A garantia dos direitos se dá por meio do Estado, da comunidade política. Por isso, formam um conjunto de personagens que não pode deixar de ser e atuar como cidadão.

No mundo moderno, ou seja, dos séculos 18 e 19 em diante, a condição de cidadão passou a ser dominante, ainda que nem todos usufruam dessa condição – às vezes, nem dentro de uma mesma sociedade.

Não é uma escolha, é uma condição social, política e ética, que deriva exatamente do fato de vivermos dentro de uma determinada sociedade, de pertencermos a ela.

Na História Moderna, os cidadãos prevalecem. Antes, existiam os súditos, que deviam respeito não a uma plataforma de direitos, mas a um senhor. Existiam escravos, que não deviam satisfação a ninguém, a não ser ao feitor. Mas, no mundo moderno, ou seja, dos séculos 18 e 19 em diante, a condição de cidadão passou a ser dominante, ainda que nem todos usufruam dessa condição – às vezes, nem dentro de uma mesma sociedade. No Brasil, por exemplo, nem todos são cidadãos do mesmo jeito. Há diferentes níveis de cidadania, o que configura uma situação social e política de injustiça. Não está dado, em nenhum lugar, que os humanos vivam sempre em condições de igualdade e de justiça plenas. Pelo contrário: a injustiça é companheira de viagem dos humanos, e, com ela, o desrespeito, a violência, a coerção e uma série de coisas inevitáveis na vida em sociedade. Seria muito bom se vivêssemos todos em uma sociedade de justiça e igualdade plenas, mas tal desejo tem, até hoje, frequentado muito mais o plano das utopias, fantasias e projetos existenciais do que o da realidade.

Apesar disso, as sociedades do século 21 podem ser vistas como mais justas e igualitárias, se comparadas com as de 50 anos atrás. Vocês vivem, hoje, numa sociedade muito melhor do que a que eu vivi quando tinha a idade de vocês. Nos anos 1960 e 1970, vivíamos a ditadura militar no Brasil. Esse fato seguramente pesava muito, mas não era só por isso: tínhamos pouco acesso à informação, por exemplo. Atualmente, nos encontramos embriagados de informação, o que, por um lado, é uma enorme vantagem, e, por outro, quando em excesso, um problema. Mas, seja como for, a informação é uma válvula de libertação. Podemos mais quando temos informação. Podemos dizer que a nossa sociedade é melhor em vários outros campos. Mas nem por isso ela está livre de problemas – alguns dos quais gravíssimos.

Dessa forma, a distinção entre pessoas, profissionais e cidadãos nos ajuda a perceber como nós, indivíduos, flutuamos o tempo todo entre três ambientes. O ambiente da vida social, em que nos orientamos por uma ideia de proteção e afeto, e que pode ser exemplificado de maneira típica pela família, por comunidades religiosas, escolas, clubes de futebol, vizinhança etc. O ambiente do mercado de trabalho, em que os fatores dominantes são a competição – por emprego, salário, reconhecimento profissional, currículo – e o cálculo, quando o tempo todo calculamos o que podemos ou devemos fazer para avançar, crescer, ganhar

Quando abraçamos uma ideologia de maneira passional, podemos deixar de ser cidadãos e nos convertermos, inconscientemente, em seus "súditos".

mais dinheiro, melhorar de profissão, obter mais prestígio, vantagens, direitos trabalhistas.

Por último, como cidadãos, vivemos no ambiente do Estado, da comunidade política. Atenção: não é o ambiente do governo, mas do Estado, essa macroinstituição que organiza a comunidade política, ou seja, a convivência entre as pessoas, o compartilhamento do que é comum e as relações com o poder. Nele, a cooperação predomina. Mas não é só a cooperação: é a cooperação misturada com a disputa, porque ao colocar o poder em debate, surge, com ele, o tema da luta. Todos querem ter poder, mesmo que não seja o governamental. No caso do poder político, temos um apelo à cooperação, porque ele incentiva, de alguma maneira, os indivíduos a cooperarem – como acontece, por exemplo, num processo eleitoral. Este é marcado pela disputa, mas os eleitores, consciente ou inconscientemente, cooperam entre si quando metade deles vota num candidato. Trata-se de uma manifestação de cooperação e adesão, já que os eleitores se dispõem a seguirem as diretrizes fixadas pela proposta de governo de um determinado candidato. Configura-se, então, como uma conduta cooperativa, já que pressupõe uma relação de comunhão entre cidadãos, eleitores e candidatos – representantes e representados.

Outro fator que orienta a comunidade política é a paixão. Paixão pelo quê? Por aquilo que identifica e fornece bases para o reconhecimento. Por exemplo, por uma ideologia, um credo ou uma fé. Aqui repousa a identidade, mas também o fanatismo. Quando abraçamos uma ideologia de maneira passional, podemos deixar de ser cidadãos e nos convertermos, inconscientemente, em "súditos" da ideologia. Passamos a ser escravizados por ela e não conseguimos olhar o mundo sem suas lentes. Em termos de humanidade, essa é uma postura regressiva, como se os homens, as pessoas, os indivíduos voltassem a uma era de cegueira. Assim, a paixão na vida política é, ao mesmo tempo, um artifício rico – celebra compromissos, lealdades e vínculos – e um problema, quando certos patamares de razão e de crítica são ultrapassados. Ou seja, quando a adesão a uma fé se torna fundamentalista. Nesse caso, perdemos a autonomia em termos reflexivos e críticos, e passamos a ser uma espécie de maria vai com as outras.

Pode parecer óbvio, mas gostaria de destacar que todos os grupos humanos são filhos de uma sociedade e também de uma época histórica mundial. Poderíamos dizer que nossa época é fortemente marcada pela velocidade das mudanças. Por exemplo, imagino que alguns de vocês tenham comprado CDs há poucos anos. Da Xuxa, Anita, Jojo Todynho. Em resumo, estou fazendo uma brincadeira para lembrar que eu tinha uma coleção de 500 CDs, pois comprei esse produto durante 20 anos da minha vida. Vocês, em pouco tempo, passaram dos CDs para o mp3, e, hoje, usam o Spotify.

Houve um processo de desmaterialização muito forte, típico da vida que levamos. Aquilo que era matéria – tangível – passa a ser intangível. O que é o Spotify? Onde estão os seus álbuns lá dentro? Estão na nuvem. E onde está a nuvem? Não sabemos. Podemos até imaginar, mas não conseguimos pegá-la. Não temos o encarte com as letras, por exemplo.

Do mesmo modo, vivemos a era das nanotecnologias, da inteligência artificial, da robotização. O celular é um ótimo exemplo: além de ele ser cada vez menor, agrega uma quantidade de serviços que, há poucos anos, eram feitos por aparelhos separados. Ele me permite conversar, escrever um artigo, ouvir música, ver televisão etc. – é típico da nossa época. E a sensação de que tudo muda, evolui e se transforma rapidamente faz com que nos tornemos pessoas que só aceitam aquilo que muda depressa.

Porém, nem tudo pode evoluir de forma veloz. A Justiça, por exemplo, é lenta, assim como as decisões políticas. A ideia de que "Eu sou presidente da República e eu decido" é irreal. Como funciona? Presidente, governador e prefeito fazem propostas, enviam à Assembleia Legislativa ou à Câmara de Deputados, onde elas são discutidas e negociadas. Avanços, recuos, jogo de interesses, ideologias, cálculos, paixão, afeto. As propostas são, então, cozinhadas e temperadas nesse caldeirão da política operado por bruxos que, às vezes, nem sequer conseguimos identificar.

Como isso se dá na sociedade brasileira, em particular? Ela é fruto de uma época, mas possui características próprias: tipo de população, composição étnica, padrão religioso, conjunto de instituições. Podemos dizer que é uma sociedade, por conta da própria História, fragmentada. Não temos uma identidade nacional: não formamos um povo único, coeso. O País sempre foi dividido: norte, sul, leste, oeste, entre Estados. Essa diferenciação aumentou muito em decorrência da vida moderna – movida por tecnologias intensas, mudanças, desmaterialização, robotização, e assim por diante.

A sociedade brasileira é, portanto, complexa, já que nela habitam muitos pedaços, grupos e expectativas. Ao mesmo tempo, ela se encontra repleta de desigualdades e injustiças. É uma sociedade pronta para explodir e mergulhar numa luta de todos contra todos. De certa forma, não é assim que estamos vivendo, nos últimos tempos? Sendo forçados a brigar com pessoas que estão do nosso lado?

Isso se dá porque lutamos constantemente por espaços, poder, dinheiro, fama, prestígio, reconhecimento, direitos etc. Resultado: tensão desmedida. Vejam o exemplo do Facebook, uma mídia social criada para interagirmos, colaborarmos, cooperarmos. Nos últimos tempos, o Facebook tem se tornado palco de brigas, ataques e xingamentos. Desfazemos e bloqueamos

A sensação de que tudo muda, evolui, se transforma rapidamente faz com que nos tornemos pessoas que só aceitam aquilo que muda depressa.

amizades com aqueles que discordam de nós – muitas vezes, nossos próprios amigos. Existe, portanto, uma tensão, uma guerra declarada em um ambiente inventado para cooperar.

Como podemos conviver com isso? Não sei se vocês estão convencidos do que eu falei até agora – e nem estou pedindo que estejam. Apenas ofereço uma base para conversarmos. Não sei se vocês concordam comigo, mas não parece que estamos vivendo como se estivéssemos sentados num galão de nitroglicerina, que pode explodir a qualquer momento?

Porém, essa suposta quantidade de material explosivo – que está abaixo de nós – aparece localizadamente em um ou outro momento. Por exemplo, quando constatamos que a violência urbana cresceu, ou quando lembramos que andar de noite na rua não é seguro, ou quando vemos os índices de assassinatos, de acidentes de trânsito, ou até daqueles que se machucam por insatisfação com a vida – se cortam, fazem dietas violentas, tentam o suicídio e, às vezes, até se suicidam.

Tais situações são manifestações localizadas de que a nitroglicerina está em movimento. Se por um acaso ou acidente qualquer, ela for agitada demais, explodirá e afetará tudo. Isso é, obviamente, uma metáfora. Não estou dizendo que o Brasil vai acabar, nem acho que estamos à beira do precipício. De modo algum. Quero dizer que somos obrigados a olhar para a frente e perceber que existem luzes amarelas piscando. Vivemos em estado de alerta, que se torna evidente nas eleições, por exemplo. Sabemos, por conhecimento ou por experiência, que os candidatos vão aparecer para falar coisas que não são verdadeiras, necessariamente. E alguns deles, se eleitos, poderão fazer as luzes amarelas ficarem vermelhas, ou seja, ajudarem a explodir tudo.

É chegado o momento em que o cidadão, no ambiente da comunidade política, é convidado a refletir – a pensar politicamente, a fazer política, a se comportar como um ser político. Mesmo que ele não goste de política, que tenha o mais profundo desprezo pelos políticos, terá que fazer isso, sob pena de se colocar fora do mundo e de deixar de cumprir o mínimo de responsabilidade ética pelo direito de viver no mundo. Se temos o direito de viver no Brasil, também temos responsabilidades. Isso não é papo de padre ou de um cara velho. Isso é lógica! Como fazer parte de uma banda ou jogar em um time de futebol. Quer jogar? Você não vai só vestir a camisa, passar na tesouraria e receber o salário, terá que dar o sangue.

Existe uma cota de responsabilidade a ser cumprida por nós. Porque, senão, que direito é esse de ser brasileiro, bater no peito, falar "eu vivo aqui e quero os meus direitos de cidadão"?

Existe uma cota de responsabilidade a ser cumprida por nós. Senão, que direito é esse de ser brasileiro, bater no peito, falar "eu vivo aqui e quero os meus direitos de cidadão"? Não, para fazermos jus aos direitos de cidadãos que somos, temos que exercer

Se a política dos cidadãos for particularmente forte, ela orienta a política dos políticos. Ou, pelo menos, impedirá que a política dos políticos produza tanta maldade.

um conjunto de deveres e obrigações. No mínimo, é participar, compartilhar decisões, votar. E votar de uma maneira consciente. No mínimo, é pagar imposto quando estivermos trabalhando. Quem não paga imposto, ou é pessoa que ganha muito pouco, ou é um sonegador, um corrupto, alguém que lesa os outros. E assim por diante.

Portanto, como podemos conviver num ambiente social apoiado em nitroglicerina? Temos alguma responsabilidade? Podemos fazer alguma coisa para reverter essa situação? Como fazer para que as disputas entre nós não nos destruam? Não é simples. A destruição por disputas políticas e profissionais, dentre outras, é um risco real. Vocês nunca brigaram ao ponto da ruptura? E não estou falando de términos de relações amorosas, mas de rupturas existenciais.

Para conviver neste ambiente, e suportá-lo, precisamos nos encharcar, mergulhar de cabeça nos partidos políticos. Política é uma coisa, partido político – e, com ele, deputados, senadores, congresso e vereadores – é outra.

Gosto de fazer uma distinção. Existem, basicamente, três tipos de política. O primeiro é a política dos políticos, aquela praticada nas assembleias para as quais os políticos foram eleitos. O segundo é a política dos especialistas, a minha política, por exemplo: a política dos médicos, advogados, engenheiros e técnicos da administração pública. E o último é a política dos cidadãos: a nossa política – aquela que congrega a totalidade da população investida de direitos de cidadania.

O ideal é que esses três tipos convivam e se alimentem reciprocamente. Se a política dos cidadãos for particularmente forte, ela orientará a política dos políticos. Ou, pelo menos, impedirá que a política dos políticos produza tanta maldade. Assim como a política dos especialistas, a política dos cidadãos também precisa ser controlada. É por isso que entre cidadãos, políticos e especialistas deve haver uma circularidade, uma influência de um campo no outro.

Essas três formas de política aparecem também sob uma forma curiosa, que, na Ciência Política, chamamos de grande política e pequena política. A primeira é aquela na qual os interesses e as posturas dominantes têm a ver com o Estado, a comunidade política, o "bem comum". A segunda está diretamente vinculada ao poder, à miudeza, aos trambiques, às manobras feitas aqui e ali em épocas eleitorais ou não. Quanto mais cidadãos, especialistas e políticos estiverem integrados, maiores as chances de que a grande política prevaleça sobre a pequena política. Que a política limpa, digamos, seja mais forte do que a política suja – aquela que nos aborrece, irrita, decepciona e desilude.

Perguntas e respostas

Mediação: Lilian Starobinas

Plateia – *Bom dia, meu nome é Maria Antônia, da 3ª série. Eu me identifiquei muito com a sua análise da sociedade atual, que você chamou de nossa época. Porém, quando você descreve o barril de nitroglicerina, acredito estarmos, na realidade, sentados em uma bomba-relógio que já foi disparada. Para mim, não importa o que façamos, ela vai disparar do mesmo jeito. Podem até existir medidas que retardem a explosão, mas não sei até que ponto isso é realmente benéfico, pois não sei o que significa essa explosão: se a humanidade ou o mercado ou, ainda, se a nossa sociedade vai acabar. E, se assim for, não sei tampouco o que seria melhor para todo mundo, já que também não acredito que exista alguma coisa melhor para todo mundo. Me parece que não existem responsabilidade ética ou atitudes boas e ruins. Podemos ter uma atitude que diminua a desigualdade, mas que, ao mesmo tempo, gera revolta por parte de um determinado grupo. Acredito que essa vontade de exterminar o outro pode ser o nosso real problema.*

Marco Aurélio – Vou pedir licença à Maria Antônia para adotar a imagem da bomba-relógio daqui para a frente. Ela é boa – talvez melhor do que a do barril de nitroglicerina. Essa metáfora me permitiria, por exemplo, pensar se existe, como você sugeriu, uma programação para que essa bomba dispare. Porque quando a bomba-relógio é, de fato, programada para que a explosão aconteça em determinado dia, hora e minuto. Portanto, podemos nos perguntar: será que existem, na História ou na vida das sociedades, personagens que programam a bomba-relógio? Não estou afirmando nada, estou aproveitando para pensar. Se eventualmente existirem, e eu acredito que sim, a programação da bomba-relógio surgiu em decorrência de um jogo social.

Mas, como em qualquer filme de ação, sempre há como desativar a bomba-relógio. Não sou fatalista. Penso que não temos muitos elementos para concluir se a bomba vai realmente

explodir e levar tudo pelos ares. Trata-se de uma probabilidade, e temos que descobrir quais são os antídotos contra isso. Quais são os caminhos que podem ser explorados para que a bomba não exploda.

Podemos também imaginar um enorme mecanismo de bomba-relógio, composto por outras microbombas. A violência, os assaltos são parte delas. A injustiça, a desigualdade, são outra. E essas pequenas bombas-relógio atiçam e impulsionam a megabomba que, se explodir, acaba com a humanidade. Ou com a humanidade brasileira.

Maria, precisamos examinar esse quadro, se possível, sem muita paixão. Porque existem muitos exemplos na História de comunidades que fracassaram. Tem até livro sobre isso: *Por que as nações fracassam*. Ou seja, o que que significa uma nação fracassar? Significa que ela não deu certo, que os seus milhões de habitantes não conseguiram resolver seus problemas. Que perderam oportunidades para crescerem, se desenvolverem e resolverem uma série de coisas que estavam ali, atravancando a vida.

Dessa forma, a imagem da bomba-relógio pode nos levar a questionar se estamos vivendo numa nação destinada ao fracasso. Ainda que ela não acabe, nós poderíamos ser vivos e fracassados, o que seria um enorme desperdício de talentos, uma tragédia.

Plateia – *Sou Laura, da 3ª série. Você falou sobre como nos colocarmos politicamente faz parte do nosso papel político. Também analisou o atual momento de polarização. Gostaria de saber se você acredita que essa polarização é, de fato, real e se nossa participação por meio do voto – no candidato A ou B – vai ter alguma interferência concreta no futuro político do País.*

Marco Aurélio – Quais cartas temos na mão e como escolher? Estamos em abril e temos, até então, 20 candidatos a presidente. A expectativa é de que esse número se reduza até agosto. Diminuirá ainda mais no segundo turno. A escolha fica mais fácil, é A contra B. Mas, e antes disso? Quem é que você, Laura, quer que chegue ao segundo turno? Quem eu quero? Não estou pedindo a resposta, mas esta é a questão que poderá, eventualmente, nos mobilizar e incomodar.

Temos, então, que suar um pouco: comparar os candidatos – desde aquilo que eles estão falando e escrevendo àquilo que eles já fizeram. O bom, no caso de candidatos, é que eles têm uma vida pregressa. Eles não apareceram hoje: possuem um histórico, que aplaudimos ou não, que faz com que a imagem deles seja mais ou menos positiva.

Candidatos violentos na oratória, provavelmente, indicam algo fora dela. Ninguém fala espumando pela boca sem ter batido no filho antes, brigado na rua, ou quebrado o vidro de um carro com uma barra de ferro. Da mesma forma, um candidato se faz de coitadinho, se coloca como vítima dos maldosos das elites. Ou, ainda, um candidato fala "eu não sou político, eu sou gestor". Comportamentos são, antes de

tudo, indicativos de algo. Diante disso, devemos nos perguntar se queremos presidentes ou governadores dissimulados, falsos, com duas ou três caras. Não. Eu não quero.

Plateia – *Sou Rafael, aluno da 3ª série. Você trouxe o questionamento de como podemos fazer para que as lutas e disputas não nos destruam. Se vivemos em uma democracia, obviamente o debate é importante, e, se vivemos em um ambiente de cooperação, é necessário que a tolerância sobre diferentes ideias predomine. Mas, do meu ponto de vista, existem algumas ideias que, quando se opõem às dinâmicas de cooperação e tolerância, devem ser combatidas. Não debatidas, mas combatidas. Eu queria saber o que você pensa sobre isso, se realmente existem ideias que precisam ser combatidas para que o exercício democrático e a cooperação possam, de fato, existir.*

Marco Aurélio – A questão tem a ver com democracia. O que ela nos oferece? Quando pensamos em democracia, e não estou falando isso como um conselho, devemos evitar a ideia de que a democracia é um modelo perfeito. Em nenhum lugar do mundo, nem na Grécia Antiga, onde foi inventada, ela se aproxima da perfeição. Ela não é um sistema de deliberação baseado na ideia da justiça plena. Há uma expectativa de que a democracia seja mais justa do que uma situação não democrática, uma autocracia. Mas ela nunca vai alcançar a perfeição.

Então, quando você diz que "temos que combater as más ideias", isso é exatamente o que a democracia permite e espera que façamos. Ou seja, o regime democrático espera que seus protagonistas façam isso: localizem os "bandidos", os violentos, maldosos, incorretos, corruptos, tudo o que você quiser de negativo, e limitem a ação deles.

Quando se pensa em combater o mal democraticamente, se envereda por uma trilha cheia de contradições, porque, para combater o mal democraticamente, temos que permitir que ele exista e dê as caras. Dessa forma, na democracia, o direito de os fascistas se organizarem precisa existir, senão você não está fazendo democracia. É contraditório: como eu posso deixar respirar um partido que quer que todos sejam sufocados? Vou deixar respirar a pessoa que quer me tirar o oxigênio? Talvez este seja o maior desafio da democracia: conviver com os inimigos da democracia dentro dela, combatendo dentro dela, com as regras dela.

O caminho que enxergo é o da educação cívica ou da educação para a cidadania – algo clássico nas discussões de política. Como podemos combater o mal democraticamente, com mais eficácia? Educando os cidadãos. Fazendo com que eles tenham mais elementos de comunidade política e menos de mercado. Por isso, toda perspectiva democrática dá tanta importância à educação, como elemento de formação, de discussão. Se, hipoteticamente, tivermos, em dez anos, uma sociedade de pessoas educadas, seguramente o combate ao mal vai se fazer com mais facilidade. Não significa que devamos

ficar parados enquanto isso não acontecer. Não. Acredito que a palavra que você usou – o verbo combater ou lutar – tem que ser parte do nosso cotidiano. Temos que combater o que é injusto, o que está errado, desmascarar as pessoas falsas, e assim por diante.

Mas o que significa combater e como combater? Existe sempre o bom e o mau combate, o mais e o menos eficiente. Lutar contra o que quer que seja não é protestar, não é inviabilizar, é encontrar soluções. Então, se alguém expressa tudo aquilo que você deplora, como contê-lo? Você pode matá-lo, fisicamente, ou desmoralizá-lo, humilhá-lo. Mas você pode, também, interagir e trazê-lo para o seu lado. Claro que esta terceira hipótese não é simples. É muito mais fácil atirar uma pedra na cabeça do outro, mas é muito mais bonito se, depois de várias interações, você conseguir fazer com que ele mude de lado.

Plateia – *Meu nome é Julieta. Você fala da política dos cidadãos e da política dos políticos, mas, em uma democracia, os políticos não deveriam representar os cidadãos? Além disso, se não temos muitas opções nas eleições, talvez tenhamos que votar no menos ruim.*

Marco Aurélio – Acredito que todos compartilhamos de sua angústia, Julieta. A democracia nos oferece um cardápio que corresponde, de certa maneira, ao menu sugerido pela própria sociedade. Se grande parte dos candidatos é medíocre, tenho duas perguntas: de onde surgem esses ratos todos? Será que existem, no Brasil, pessoas iguais a eles, dando força para que apareçam, se candidatem e vençam?

Quando analisamos o Congresso Nacional e vemos que ali falta qualidade, temos que, imediatamente, olhar para a sociedade e nos perguntar se ela tem qualidade suficiente para mudar o Congresso. Entenda qualidade como qualidade cívica – a capacidade de pensar politicamente e de escapar das armadilhas mais desgraçadas da vida. De repente, quem elege um deputado ruim não tem referências, educação, informação, e acaba se tornando objeto da chantagem do próprio candidato.

E mais: o que podemos fazer para alterar esse cenário? Penso que podemos delimitar um mínimo e um máximo. O máximo seria mudar tudo, revolucionar o sistema. O mínimo seria caprichar no voto. Ou, ainda, seria fazer de nossa vida cotidiana um ambiente permeado por esse tipo de preocupação. Não se trata de discutir política o tempo todo, mas de nos permitirmos, em uma reunião de amigos, por exemplo, conversar sobre o que acontece. Considero um trabalho de formiguinha, mas não consigo vislumbrar outro caminho, porque, fora isso, ou é revolução – uma hipótese difícil, ou guerra – que é uma hipótese trágica.

Plateia – *Eu sou o Antônio, da 2ª série. O Poder Judiciário, assim como o Legislativo e o Executivo, também deveria ou poderia ser representativo, no sentido de expressar a vontade geral? Explico: como um candidato que possui mais de 50% das intenções de voto pode ser impedido*

de se candidatar por essa Justiça que, a meu ver, deveria ser representativa? A partir desse exemplo, pergunto: será que a luta democrática no Brasil fracassou?

Marco Aurélio – A rigor, não existe uma resposta categórica. Eu, pelo menos, não consigo. Mas entendi muito bem a pergunta e acho que você está pondo em discussão um tema não só importante, do ponto de vista mais geral, como importante para a vida brasileira atual.

Acredito que a Justiça não pode ser representativa no sentido de ter os juízes eleitos pelo povo. Poderiam existir juízes de paz, delegados ou lideranças do bairro elegíveis, como acontece nos Estados Unidos. Mas os grandes juízes, os grandes tribunais, são o que costumamos chamar, na teoria, de instituições contramajoritárias – vão contra a maioria ou, não necessariamente, a favor das maiorias. É muito difícil de se ter justiça e, ao mesmo tempo, aplauso social – já que, se a sociedade aplaudir o bandido, a justiça deixará de ser praticada. Mas o contrário também pode acontecer. A Justiça pode ser seletiva. Ela pode escolher alguns membros da comunidade e sacrificá-los para demonstrar justiça.

No Brasil, a Justiça é seletiva em termos sociais: sacrifica os pobres, os negros e as mulheres, por exemplo. Se você é negro e pobre, dificilmente se sairá bem na Justiça. Nossa Justiça é menos benéfica aos pobres do que aos ricos. Os últimos, por exemplo, têm celas especiais. Quem tem diploma universitário não fica em carceragem comum. Qual o sentido de justiça que pode existir aí? Se você tem dinheiro, prestígio, poder, recebe uma sala especial com ar condicionado, televisão e comida boa, do restaurante de sua preferência. Isso é o que acontece. Não estou falando do Lula. Estou falando de forma geral: os ricos, os poderosos, os que têm formação superior são diferenciados pela Justiça. Isso é um grande problema que deveria ser resolvido por uma reforma da Justiça, se não quisermos viver num país em que alguns são mais bem tratados do que outros.

A Justiça pode ser seletiva também em termos políticos, ao atrapalhar a trajetória política de alguns mais do que de outros, por exemplo. Você supõe que a Justiça está sendo seletiva ao sacrificar o Lula. Pode ser. E a Justiça permite a possibilidade de questionamento legal, para além do inconformismo dos que consideram que ele está sendo prejudicado e impedido de ser candidato. Devemos aceitar que quem roubou deve ir para a cadeia. Se você foi, durante vários anos, presidente da República, e ficar comprovado – não sei se ficou – que fez uso desse prestígio para se beneficiar, tem que ser preso. Você deixa de ser político e passa a ser um cidadão comum. Um político preso não é um preso político.

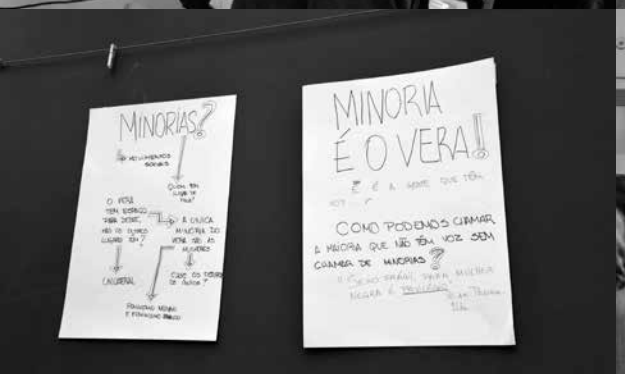
A questão é complexa e, até as eleições de outubro, vamos assistir a uma batalha jurídica e política a respeito disso. Precisamos ficar atentos e verificar qual procedimento a Justiça e os eleitores vão adotar. Porque se a lealdade ao Lula for tão grande quanto algumas pessoas dizem, o certo seria que os eleitores lulistas não fossem

votar, caso ele não possa ser candidato. Mas se os eleitores lulistas não forem tão lulistas assim, poderão votar no candidato que o próprio Lula indicar. Ou votar em outro.

Plateia – *Meu nome é Lucas, da 2ª série. Você disse que estamos vivendo em uma época de extrema mudança, com adventos como inteligência artificial, robótica etc. Diante desse cenário – que está se transformando e vai se transformar cada vez mais –, como fica a política?*

Marco Aurélio – Não há dúvidas de que a política é outra, em decorrência da mudança social e tecnológica. Podemos notar recursos para melhorar a imagem do candidato, ou o acesso aos eleitores. As redes sociais e a proliferação de *fake news*, por exemplo, têm grande influência eleitoral e alteram o modo como passamos a viver, também Precisamos olhar para essa questão e verificar as vantagens e desvantagens do mundo tecnológico no que diz respeito à política. Mas isso é assunto para uma próxima palestra.

AMARELO
AZUL
VERMELHO
ROSA


MINORIAS?
MINORIA É O VERA!
COMO PODEMOS CHAMAR A MAIORIA QUE NÃO TEM VOZ SEM CHAMAR DE MINORIAS?

Política para quem?
Política para quêê?

Oficinas

Oficina 1: Economia e política

Professores: Charles Judica Chiló e Janine Moura Campos

A proposta foi apresentar a evolução do modelo capitalista de produção ao longo da História, com suas crises e propostas de soluções, bem como tocar em algumas questões contemporâneas a respeito da organização do Estado e da economia. Em seguida, os participantes foram divididos em três grupos e convidados a debaterem sobre alguns temas relativos à interface entre a política e a situação da economia brasileira, tais como a intervenção do Estado na economia, as propostas de reformas e as privatizações.

Oficina 2: Para além do ativismo de sofá

Professores: Dimitri Pinheiro da Silva, Lilian Starobinas e Marcelo Jorge de Moraes

O objetivo foi discutir fatores que influenciam no engajamento em diferentes níveis de participação política na sociedade. Por meio de uma atividade lúdica, foram investigadas as motivações que ativam nas pessoas a iniciativa para a mobilização política. Será você a liderança capaz de levar o maior número de pessoas possível a uma manifestação?

Oficina 3: Internet e eleições: onde fica a democracia?

Professores: Ana Luiza de Azevedo Pires Sério, Eduardo Mancebo e Simone Fernandes

Aqui, foram feitas atividades interativas com o objetivo de entender a relação entre nosso comportamento nas redes sociais e o resultado das eleições.

Oficina 4: Dilema e crise

Professores: Luiz Venâncio Rodrigues Aiello, Alex de Lima Barros, Patrícia Maria Almeida Sader Azevedo e Gabriela Viacava de Moraes

Discussão da palavra "crise" a partir da encenação e do julgamento pelo público de três situações dilemáticas que envolvem conflitos políticos, da vida cotidiana à esfera institucional.

Oficina 5: Prévias eleitorais e cenários para o Brasil em 2018

Professores: Maria Celina Pinto de Gusmão, Rodrigo Otávio Hereny Formigoni, Paulo Padilha e José Auri Cunha

A partir de duas simulações eleitorais e seus resultados, foram problematizados os cenários possíveis no caso da vitória de uma dentre cinco plataformas apresentadas: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita, direita. A primeira simulação foi uma votação numa plataforma eleitoral (sem conhecimento do candidato), para todos os participantes do Fórum. A segunda simulação foi a votação em um candidato (sem conhecimento da plataforma), para os participantes da oficina.

Oficina 6: O que eu tenho a ver com as políticas ambientais?

Professores: Paulo Roberto Cunha e Maria Fernanda Penteado Lamas

Realização de um debate que nos levou a avaliar os custos ambientais do uso de recursos hídricos e o papel de políticas públicas nessa área, para buscar respostas para questões, como: há escassez de água no Brasil? De que maneira o uso inadequado desse recurso pode afetar as populações futuras? De que maneira políticas públicas locais, nacionais e globais podem se articular para mitigar os impactos do uso desse recurso? A que fatores socioeconômicos está relacionada a escassez da água? De que maneira essa escassez desencadeia conflitos internacionais?

Oficina 7: Quem tem medo de nossos jovens? Uma discussão sobre a maioridade penal.

Professores: Luiz Fernando Correia de Oliveira, Iza Cortada Lotito, Marli de Barros e Rafael Andrade Pereira

A ideia central foi informar, dialogar e debater questões relacionadas à redução da maioridade penal da perspectiva política. Para isso, foram organizados três ciclos de atividades com diferentes recursos, como um TED Talk sobre o corredor da morte, o documentário *Sem Pena*, textos, reportagens, gráficos e infográficos. O objetivo foi contribuir para o debate e a análise dessas questões na política atual e nas eleições de 2018, refletindo sobre a seguinte questão: "educar ou prender: uma discussão sobre a maioridade penal, a pena de morte e o sistema prisional brasileiro".

Oficina 8: As minorias são as maiorias sem direitos

Professores: Ângela Marsiglio Carvalho, Iuri Pereira Jaime, José Carlos Dias Chaves e Maria Silvia Abrão

A ideia foi instalar uma reflexão sobre a composição da sociedade brasileira, do ponto de vista das várias "minorias" que a formam, e a participação relativa dessas populações no quadro político atual. Quando olhamos uma foto dos políticos brasileiros podemos enxergar nossa diversidade populacional? Quem nos representa?

Oficina 9: Política e cidadania: o papel das escolas

Professores: Flávia Ricca Humberg e Vladimir Bonilha Modolo

A escola possibilita fazer política na adolescência? A partir da pergunta proposta, pretendeu-se criar um espaço de debate sobre a importância da formação política na escola, sobre doutrinação e sobre como fazer e discutir política no espaço escolar, usando a estratégia da "dinâmica de polarização". Ao final, cada aluno produziu uma frase que o ajudou a construir suas próprias ideias a respeito do papel da escola na formação política dos alunos.

Oficina 10: Refugiados: de onde vêm os que chegam em São Paulo?

Professores: Carlos Alberto José de Carvalho e Alexandre Trinca

Venezuelanos em Roraima: refugiados ou imigrantes?

O propósito foi esclarecer a diferença entre refugiados e imigrantes e refletir a respeito de decisões sobre conflitos em outros continentes e suas repercussões em nossa cidade; sensibilizar os participantes para a questão dos refugiados; e informar sobre ações realizadas para acolhimento dessas pessoas em nossa cidade.

Oficina 11: A discussão política entre nós: curso intensivo de escutatória

Professores: Claudia Bergamini, Luiz Felipe Bussi Penna, Luiz Fernando Puglisi e Maria Teresa Mendes de Oliveira Lima

Muitos são os cursos de oratória que existem. Vocês devem estar exaustos de aulas em que os professores falam, falam, falam e pouco escutam. Mas será mesmo que você escuta o que os professores dizem? Escuta seus colegas? Escuta alguma coisa? Ou será que você já tem uma ideia pronta, na ponta da língua, uma opinião qualquer sobre assuntos da escola? Esta oficina se dedicou à arte de escutar a si mesmo e ao outro, de forma ativa, com dinâmicas de grupo que possibilitaram desenvolver os pensamentos e as opiniões sobre a política na Escola.

Créditos

Direção pedagógica
Regina Scarpa

Coordenação
Ana Maria Bergamin

Coordenação do Inglês
Rita Botter

Grupo organizador do XIV Fórum
Ana Bergamin
Flavia Ricca (9º ano)
Iza Cortada Lotito
Lilian Starobinas
Maria Aparecida F. B. Moreira Delgado
Maria Silvia Abrão (9º ano)
Marli de Barros
Rafael Andrade Pereira
Rosana Amici Della Rocca

Equipe técnico-pedagógica
Alexandre Trinca
Carlos Alberto José de Carvalho
Maria Aparecida F. B. Moreira Delgado
Maria Inês Candelaria Wuo Guerra
Maria Teresa Mendes de Oliveira Lima
Marli de Barros
Rosana Amici Della Rocca
Simone Fernandes

Equipe
Adriana Rezende
Alex de Lima Barros
Ana Luiza de Azevedo Pires Sério
Angela Marsiglio Carvalho
Carlos Alberto José de Carvalho
Charles Judica Chilo
Claudia Bergamini
Dimitri Pinheiro da Silva
Eduardo Mancebo
Eduardo Pedro Noffs
Gabriela Viacava de Moraes
Iuri Pereira Jaime
Iza Cortada Lotito
Janice Aparecida Lopes
Janine Moura Campos
José Auri Cunha
José Carlos Dias Chaves
Juliana Vidigal Bruno
Katia David Barbosa
Lilian Spalding Degani
Lilian Starobinas
Lisangela Kati do Nascimento
Lucia Regina Barbosa Zmekhol
Luiz Felipe Busse Penna
Luiz Fernando Correia de Oliveira
Luiz Fernando Puglisi
Luiz Venâncio Rodrigues Aiello
Marcelo Jorge de Moraes
Marcos Luiz
Maria Celina Pinto de Gusmão
Maria Fernanda Penteado Lamas
Maria Inês Candelaria Wuo Guerra
Mariana Menezes Paglione Vedana
Marli de Barros
Monica Reiche
Patrícia Maria Almeida Sader Azevedo
Paulo Padilha
Paulo Roberto da Cunha
Rafael Andrade Pereira
Rodrigo Otávio Hereny Formigoni
Rosana Amici Della Rocca
Vaniery Amorim
Vladimir Bonilha Modolo

Fotos
Patricia Cardoso

CASA VERA CRUZ

Edição
Claudia Cavalcanti

Revisão
Iara Arakaki e Laís Alcantara

Projeto gráfico
Marcio Caparica

Os direitos autorais dos textos publicados pertencem a seus respectivos autores. Esta é uma edição da Escola Vera Cruz e não tem fins comerciais.

São Paulo, abril de 2019

VERACRUZ